

## GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

| DOCUMENTO                |                                    |        | PROTOCOLO ELETRÔNICO |                     |
|--------------------------|------------------------------------|--------|----------------------|---------------------|
| Espécie                  | Data                               | Número | Data                 | Número do Protocolo |
| SOL DE COMPRA            | 14/12/2022                         |        | 14/12/2022 14:08     | 2022/1595499        |
| <b>Procedência:</b>      | MPC/PA                             |        |                      |                     |
| <b>Interessado:</b>      | DADM - Departamento administrativo |        |                      |                     |
| <b>Assunto:</b>          | LICITAÇÃO                          |        |                      |                     |
| <b>SubAssunto:</b>       |                                    |        |                      |                     |
| <b>Complemento:</b>      | DOD DADM 16_2022 Aquisição Gás GLP |        |                      |                     |
| <b>Origem:</b>           | MPC/PA - DADM - MPC1               |        |                      |                     |
| <b>Anexo/Sequencial:</b> | 13, 14, 22, 25, 26, 34, 35         |        |                      |                     |



Processo Administrativo Eletrônico do Estado do Pará

Consulta de protocolo

<https://www.sistemas.pa.gov.br/consulta-protocolo/numero/2022/1595499>



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055/2022/TJPA**  
**LICITAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP**  
Processo: PA-PRO-2022/01827

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por meio deste Pregoeiro, designado (a) pela Portaria nº. 012/2021 - SA, publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 17 de dezembro de 2021, torna público aos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em sessão pública virtual, por meio da *internet*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – regida pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, pelo Decreto Federal nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Decreto Estadual nº 991, de 24 de agosto de 2020, de pela Lei Complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o tratamento diferenciado às Micro e Pequenas Empresas; e alterada pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; e também pela Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, bem como pelas condições e exigências contidas neste edital e seus anexos.

**DATA:** 06 de setembro de 2022

**HORÁRIO:** 09h00min (horário de Brasília)

**LOCAL:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**CÓDIGO UASG:** 925942

#### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente pregão eletrônico é o de **Registro de preços para aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg, necessários ao aparelhamento das unidades do TJPA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.

**1.2. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br), informando sempre o número do pregão e seu objeto.

**1.3. REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

**1.4.** Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

#### 1.5. FONTE DE RECURSOS:

Programa de Trabalho: 02.122.1421.8193 / 02.122.1421.8194 / 02.122.1421.8195 / 02.122.1421.8659 / 02.122.1421.8669 / 02.122.1421.8670

Fonte de Recursos: 0101 / 0118

Natureza da Despesa: 339030.

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br). telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LANCEIÃO DE PREÇOS ELETRÔNICO DO TJPA em 12/09/2022 às 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.EDD25E2500CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11



TJPAPRO202201827V01





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

**2. DO CREDENCIAMENTO**

**2.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**2.2.** O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

**2.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**2.4.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.5.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.5.1.** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**3. DA PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar deste Pregão **exclusivamente** microempresas e empresas e pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

**3.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

**3.3.** Não poderá participar deste pregão:

3.3.1. Empresa suspensa de participar de licitação com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, durante o prazo da sanção aplicada;

3.3.2. Empresa impedida de contratar com o Estado do Pará, durante o prazo da sanção aplicada;

3.3.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3.4. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.5. Empresa que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem

**TJPA/SA/CPL**, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br). telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LEI Nº 12.345/2012, PREGÃO Nº 055/2022/TJPA. Data e hora: 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro G.illet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAC82175C11





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

- 3.3.7. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.3.8. Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 3.4.** O Pregoeiro poderá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas do Portal da Transparência do Governo Federal, para verificar a existência de restrições legais à participação em licitação e contratação com a Administração Pública.
- 3.5.** Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 3.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 3.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 3.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 3.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 3.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LEI Nº 12.345/2012, PREGÃO Nº 055/2022/TJPA, DATA 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13



TJPA/PRO202201827V01

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.6DD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAC82175C11





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**3.6.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**4.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**4.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**4.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**4.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

**4.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**4.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca, se for o caso;

5.1.3. Fabricante, se for o caso.

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento verificado por LEINE CARINE PINHEIRO DOS SANTOS em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11

TJPA/PRO202201827V01







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento).
- 6.9.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.10.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.14.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19.** O critério de julgamento adotado será o menor preço/menor desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21.** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LEINE CRISTINE PINHEIRO DOS SANTOS em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13



TJAPRO202201827V01  
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11









**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

7.5.3. Apresentarem preços excessivos, acima do máximo aceitável pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará e informado no termo de referência (Anexo I).

7.5.3.1. Os preços unitários e totais dos itens estão discriminados nas planilhas de preços, os quais devem ser observados também como limites máximos pelos proponentes.

**7.6.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**7.7.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.8.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**7.9.** Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

**7.10.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Licitações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, situado na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP 66.613-710, Belém-PA.

**7.11.** O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**7.12.** No caso de a proposta ou lance vencedor seja desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**7.13.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.13.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.13.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**7.14.** Devem ser observadas as demais condições de aceitabilidade das propostas previstas no termo de referência, anexo I deste edital.

---

**TJPA/SA/CPL**, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento Verificado por: LINDA NEVES PEREIRA DOS SANTOS, Data: 8 hora: 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25  
Assinatura: D9D63430C449D1D.6D25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAC82175C11  
TJPA/PRO202201827V01





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

**8. DA HABILITAÇÃO**

**8.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.3. Constatada a existência de sanção impeditiva, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

8.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

**8.3.** É obrigação da empresa manter durante o curso da licitação, bem como na fase contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

**8.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

**8.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**8.6.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**8.7.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento verificado por LUCINE OLIVEIRA, PREGOEIRO, em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D63430C449D1D.EDD25E2500CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11









**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

**8.17.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.18.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**8.19.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.20.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

**9. DOS RECURSOS**

**9.1.** Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

**9.2.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto o licitante vencedor.

**9.3.** O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**9.4.** O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

**9.5.** Para efeito do disposto no §5º do art. 109 da Lei nº. 8.666/1993, a vista do processo deste pregão fica franqueada às interessadas.

**9.6.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

**9.7.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**10.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**10.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**10.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a ata de registro de preços, não retirar o instrumento

**TJPA/SA/CPL**, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento verificado em: 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
 EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11  
 TJPAPRO202201827V01





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**10.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**10.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**10.2.2.** A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Ultrapassada as fases de lances e de negociação, será declarado vencedor o licitante que oferecer a proposta de menor preço e que atenda aos requisitos de habilitação.

11.2. O objeto deste pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

11.3. A homologação deste pregão compete ao Secretário de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

**12. REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

12.2. A Coordenadoria de Convênios e Contratos será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da ata de registro de preços decorrente desta licitação.

12.3. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante a solicitação de adesão através do sistema Comprasnet – SIASNET.

12.3.1. Para realizar a solicitação, o usuário deverá informar o código da UASG 925942 e preencher os campos do sistema, que é autoexplicativo.

12.3.2. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à ata de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador

12.3.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador, independentemente no número de órgãos não participantes que aderirem.

12.3.4. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

**TJPA/SA/CPL**, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LANCE LICITAÇÕES ELETRÔNICAS PREPREGÃO DO TJPA/SA/CPL em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

- 12.12.1. Liberar a empresa do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido, e sem aplicação de penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 12.12.2. Convocar as demais empresas para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 12.13. Não havendo êxito nas negociações previstas no item anterior, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 12.14. O registro da empresa será cancelado quando:
  - 12.14.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - 12.14.2. Não retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sem justificativa aceitável;
  - 12.14.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
  - 12.14.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.
- 12.15. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens **12.14.1**, **12.14.2** e **12.14.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 12.16. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
  - 12.16.1. Por razão de interesse público; ou
  - 12.16.2. A pedido da empresa.
- 12.17. Em qualquer das hipóteses anteriores, concluído o processo, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará fará o devido apostilamento na ata de registro de preços e informará às empresas registradas a nova ordem de classificação.
- 12.18. A ata de registro de preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente por decurso do prazo de sua vigência.
- 12.19. A ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos servidores citados no item 3.4 do termo de referência (Anexo I).

**13. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

- 13.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o presente ato convocatório.
- 13.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência (Anexo I), decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 13.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LEINE CRISTINE PINHEIRO DOS SANTOS em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.6D25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11









**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

- f) falhar ou fraudar na execução do objeto deste certame;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.

14.2. Pelo atraso na entrega do objeto, pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, pelo não atendimento às especificações contidas no termo de referência (Anexo I), e descumprimento de qualquer obrigação prevista neste edital, no contrato/ata de registro de preço e nos instrumentos afins, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará poderá aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções, além das previstas no **item 14.1**, garantida a ampla e prévia defesa:

- a) advertência;
- b) multa, nos termos descritos no **item 14.5**;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.3. As sanções previstas no **item 14.1** e nas alíneas **a** e **c** do **item 14.2** poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea **b** do **item 14.2**, facultada a defesa prévia da licitante contratada, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante foi oficialmente comunicada, salvo para a sanção estabelecida no **item 14.2** alínea **c**, cuja defesa deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, contado da abertura de vista.

14.4. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedida pelo (a) titular da Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

14.5. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à licitante contratada pelo atraso injustificado na entrega do objeto do contrato/ata de registro de preço, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado desde o primeiro dia de atraso sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta aquisição, por descumprimento do prazo de entrega/prestação dos serviços, sem prejuízo da aplicação dos dispostos nas alíneas a e b deste subitem

14.6. A multa será formalizada por termo de aplicação de penalidade e será executada após regular processo administrativo, garantida à licitante contratada o direito de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos dos §§2º e 3º do art. 86 da Lei nº. 8.666/1993, na seguinte ordem:

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LEINE CRISTINE PINHEIRO DOS SANTOS em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
 EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D63430449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAC82175C11  
 TJPAPRO202201827V01







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

b) de 01 (um) a 02 (dois) anos, quando a licitante vencedora ensejar o retardamento da execução do objeto deste pregão, devendo ser considerados os prejuízos causados à Administração (**item 14.1, d**);

c) de até 02 (dois) anos, quando a licitante vencedora falhar na execução do objeto deste certame (**item 14.1, f**);

d) de até 05 (cinco) anos, quando a licitante apresentar documento falso ou fizer declaração falsa (**item 14.1, c**); fraudar na execução do objeto deste certame (**item 14.1, f**); comportar-se de modo inidôneo (**item 14.1, g**); ou cometer fraude fiscal (**item 14.1, h**).

14.13. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de impedimento aplicada.

14.14. A declaração de inidoneidade, sua extinção e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/1993.

14.15. Assegurado o direito à ampla e prévia defesa e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e obrigatoriamente registrada no SICAF devendo constar:

a) a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

b) o prazo do impedimento para licitar e contratar ou da declaração de inidoneidade;

c) o fundamento legal da sanção aplicada;

d) o nome ou a razão social da empresa punida, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CPF/CNPJ).

14.16. As sanções serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme Portaria nº 451, de 30 de janeiro de 2020, ou por quem o substitua nas hipóteses de afastamentos e impedimentos legais, à vista dos motivos informados na instrução processual, exceto a penalidade de idoneidade que será aplicada pela Presidência.

14.17. É facultado à licitante contratada interpor recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento (suspensão temporária) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

14.18. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento verificado por LEINE CRISTINE PINHEIRO DOS SANTOS em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D6343040449DID.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

- 14.19. Da declaração de inidoneidade aplicada caberá pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a penalidade, que deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.
- 14.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 14.21. As notificações para a apresentação de ampla defesa e contraditório, e das decisões de aplicação de penalidade para efeitos de recurso e/ou pedido de reconsideração, poderão se dar através de ofício entregue fisicamente ao representante da empresa ou encaminhado através de e-mail a ser informado obrigatoriamente na proposta.
- 14.21.1. Quando da utilização de correio eletrônico, caso a empresa não acuse o recebimento da respectiva notificação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a leitura será automaticamente confirmada e o prazo para a apresentação de defesa, recurso ou pedido de reconsideração iniciará, não sendo acatadas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento de mensagens.

**15. DO PAGAMENTO**

- 15.1. O pagamento será efetuado de acordo com a nota fiscal de serviços/fornecimento, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da execução dos serviços na nota fiscal, após verificada a conformidade da execução e documentação respectiva, através de crédito em conta corrente no Banco XXXXXX, Agência XXXXXX, conta corrente nº XXXXXXXXXX, mediante a apresentação de fatura emitida pela EMPRESA em correspondência ao objeto executado.
- 15.2. A nota fiscal ou fatura deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, demonstrada através de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao site da Justiça do Trabalho competente ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/1993.
- 15.3. No ato do pagamento será verificado se a contratada possui pendências quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).
- 15.4. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação das penalidades estabelecidas em Lei, bem como, o cancelamento da ata de registro de preços.
- 15.5. Poderá o TJPA descontar o valor correspondente aos danos a que a EMPRESA der causa das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento verificado por LINDA CLAYES, PRP/PPD - JGCL, em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D63430C449D1D.EDD25E2500CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11



TJPA/PRO202201827V01





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

- 15.6. O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela EMPRESA, nos termos deste contrato/ata de registro de preço.
- 15.7. Nenhum pagamento isentará a EMPRESA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do material/equipamento.
- 15.8. Para efeito de pagamento, o TJPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.
- 15.9. No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a EMPRESA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$I = \frac{TX}{100}$                        $I = \frac{6}{100}$                        $I = 0,0001644$

365

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**16. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

- 16.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 16.2. A anulação do procedimento licitatório induz ao do contrato/ata de registro de preço.
- 16.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato/ata de registro de preço.
- 16.4. No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**17. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- 17.1. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.
- 17.2. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente pregão.

**TJPA/SA/CPL**, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LANCEIÃO DE LICITAÇÕES ELETRÔNICO DO TJPA/SA/CP/PROCESO Nº 055/2022 Data: 8 hora: 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

- 17.3.** Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 17.4.** Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente neste Tribunal.
- 17.4.1** Se o vencimento cair em dia que não houver expediente neste Tribunal, os prazos de que trata o **item 17.3** serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.
- 17.5.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 17.6.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública virtual deste pregão constarão em contrato divulgado no sistema eletrônico.
- 17.7.** É vedada a subcontratação para a execução do objeto desta licitação.
- 17.8.** Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 17.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 17.10.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competitividade e da disputa entre as interessadas.
- 17.11.** As cópias deste edital poderão ser obtidas na sala da Comissão Permanente de Licitação no Prédio Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, situado na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, Belém/PA, das 8 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, ao custo das cópias (impresso), ou gratuitamente em mídia magnética fornecida pela licitante ou através da internet, em [www.tjpa.jus.br](http://www.tjpa.jus.br) e/ou [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 17.12.** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 17.13.** Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste pregão.
- 17.14.** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

**TJPA/SA/CPL**, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br). telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento verificado em **12/09/2022 07:57** em **https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo**  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13



TJPA/PRO202201827V01  
ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA

**17.15.** O resultado desta licitação será divulgado em [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e publicado na Imprensa Oficial do Estado do Pará.

**17.16.** As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

**18. DOS ANEXOS**

**18.1.** São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

**ANEXO I** – Termo de Referência.

**ANEXO II** – Minuta da Ata de Registro de Preço.

Belém, 24 de agosto de 2022.

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.6DD25E2500CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11

TJPAPRO202201827V01



TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205/3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LEINE CRISTINE PEREIRA DA SILVA/ATP/RTS. Data e hora: 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

# REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA

Belém-Pa  
Julho/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO PA-PRO-2022/01827



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento verificado em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.6DD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11

TJPAPRO202201827V01





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

## 1. DO OBJETO

Registro de preços para aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg, em quantidade e especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, necessários ao aparelhamento das unidades deste TJPA.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO

### 2.1. Justificativa da contratação

Considerando a proximidade de término de vigência da Ata de Registro de Preço 021/2021/TJPA e a necessidade de manter estoque mínimo deste produto nas unidades de almoxarifado, justifica-se a aquisição destes insumos para garantir os atendimentos demandados pelas copas dos Fóruns e Juizados Especiais localizados em Belém, contemplando os setores de 1º grau, 2º grau e de apoio à atividade judicante deste TJPA

### 2.2. Forma e o critério de seleção do fornecedor com a indicação da modalidade, o tipo de licitação e a forma de adjudicação

O objeto a ser adquirido é bem considerado comum, encontrado usualmente no mercado, cuja forma de escolha do fornecedor será por licitação do tipo “menor preço” para item único, na modalidade “Pregão Eletrônico” para formação de Registro de Preços, com ampla concorrência, visando a melhor proposta para a Administração.

### 2.3. Dos critérios técnicos de habilitação

Na qualificação técnica, o licitante deverá comprovar o fornecimento de ao menos 30% dos quantitativos para o item, podendo esses quantitativos serem comprovados através dos somatórios apresentados nos atestados de capacidade técnica.

Também, apresentar toda a documentação necessária à comprovação da habilitação jurídica da empresa e a documentação à regularidade fiscal e trabalhista (certidões de regularidade junto a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (INSS),





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista), conforme previsão expressa na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## 2.4. Do impacto ambiental

Não se vislumbra necessidades de providências de adequações para a solução a ser contratada, pois se prescinde de adaptação direta ao ambiente para início do fornecimento de materiais, bem como o Almoxarifado Central do TJPA dispõe de espaço físico adequado para armazenagem e recursos humanos e equipamentos para distribuição dos insumos, conforme previsto na NBR 15514 da ABNT.

Além disso, em cumprimento da orientação do Conselho Nacional de Justiça para que os Tribunais adotem políticas públicas visando à formação e à recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, na entrega dos produtos as empresas deverão cumprir as seguintes orientações:

Entregar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI/MPOG N.º 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010.

Entregar produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous), conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI/MPOG N.º 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010.

## 3. DAS DEFINIÇÕES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

### 3.1. Do regime de execução do contrato no caso de serviço, ou forma de fornecimento

O fornecimento do material deverá ser feito sob regime de execução indireta, de forma parcelada, a critério do TJPA, sendo que os pedidos de aquisição serão realizados bimestralmente ou trimestralmente, em quantidade nunca inferior à 15% do quantitativo total registrado.

### 3.2. Das obrigações contratuais

#### 3.2.1. Das obrigações do contratante (TJPA)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

- 3.2.1.1. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, proporcionando todas as condições para que ela possa cumprir suas obrigações na forma e prazos estabelecidos;
- 3.2.1.2. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no Edital do Pregão e em seus anexos;
- 3.2.1.3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens;
- 3.2.1.4. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos na ARP;
- 3.2.1.5. Atestar o recebimento dos itens entregues, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do Termo de Referência, por meio de notificação à empresa contratada;
- 3.2.1.6. Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações;
- 3.2.1.7. Verificar a regularidade da empresa fornecedora, perante o FGTS e em face das contribuições administradas devidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), das inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e comprovação de regularidade perante a Justiça Trabalhista, antes de cada pagamento;
- 3.2.1.8. Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado neste instrumento.

### 3.2.2. Das obrigações da contratada

- 3.2.2.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do item licitado;
- 3.2.2.2. Fornecer itens conforme especificações, marcas, validade/garantia e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pelo TJPA;
- 3.2.2.3. Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a fase de fornecimento dos itens;
- 3.2.2.4. Fornecer os dados da rede credenciada de assistência técnica nesta capital ou região metropolitana de Belém, quando da assinatura do Contrato, informando nome das empresas, endereços e telefones;
- 3.2.2.5. Entregar os itens no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho.





PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

- 3.2.2.6. Efetuar a troca dos itens que forem recusados pela Administração, devido ao não atendimento às especificações exigidas no certame ou por vícios e/ou defeitos identificados, sem qualquer ônus para o TJPA, no prazo máximo de 05 (cinco) corridos, contados do recebimento da notificação por parte do TJPA;
- 3.2.2.7. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo TJPA;
- 3.2.2.8. Efetuar a entrega dos itens e a emitir nota fiscal nas quantidades e descrições solicitadas, conforme estabelecido na nota de empenho;
- 3.2.2.9. Cumprir os prazos estipulados pelo TJPA, conforme constam na ata.
- 3.2.2.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 3.2.2.11. Manter, durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.2.2.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas na ata;
- 3.2.2.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ata.
- 3.2.2.14. Apresentar na fase de habilitação, toda a documentação necessária à comprovação da habilitação jurídica da empresa, bem como, a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### 3.3. Da dinâmica de execução

#### 3.3.1. Etapas

- a) Inicia-se com o Pedido de Compra via GRP Thema;
- b) Emissão de Ordens de Despesa, autorizadas pelos gestores do DPS e SEAD;
- c) Emissão de notas de empenho junto à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças;
- d) Envio de notas de empenho ao fornecedor;
- e) Recebimento provisório e definitivo dos produtos e ateste de nota fiscal;
- f) Envio de nota fiscal atestada para liquidação e pagamento.

#### 3.3.2. Logística





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

Devem ser considerados os seguintes aspectos, conforme o caso:

- **Local de entrega:** Almoarifado Central do TJPA, localizado na Rodovia Augusto Montenegro, nº 4.950, Km 04 (logo após o Residencial Montenegro Boulevard, que fica em frente ao Parque Shopping, lado direito no sentido Belém - Icoaraci), Bairro Parque Verde. Belém-Pará. CEP 66.635-110;
- **Horários de entrega:** das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira; exceto feriados
- **Responsável:** Brunna Ferreira da Silva – Tel.: (91) 3131-6877;
- **Periodicidade de pedidos:** Os pedidos de compra poderão ser realizados bimestralmente ou trimestralmente, durante a vigência da ARP.

### 3.3.3. Cronograma

As entregas deverão ser de forma parcelada, durante a vigência da ARP, a critério da administração deste TJPA, sendo que cada pedido de compra será realizado no percentual mínimo de 15% da quantidade registrada.

### 3.4. Dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos produtos e/ou de prestação de serviços e das demais formas de comunicação

As solicitações de aquisição serão efetivamente realizadas com o envio de nota de empenho ao fornecedor, através de e-mail funcional de servidor do TJPA, respeitando as boas práticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelo TJPA, como, por exemplo, privilegiando a utilização de meios de comunicação virtuais, evitando, sempre que possível, a impressão de documentos.

### 3.5. Dos prazos

#### 3.5.1. Prazo de entrega dos produtos

A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo de **até 30 (trinta) dias** a contar do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor. Este recebimento, efetivamente, contará a partir da data do envio da nota de empenho por e-mail funcional de servidor do TJPA, para o e-mail informado pelo fornecedor.

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, devendo estar em perfeitas condições de funcionamento, sem marcas, amassados ou





PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

arranhões, quando da recepção pelo TJPA, além de estarem identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal.

**3.5.2. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços**

Prazo de vigência será de 12 meses.

**3.5.3. Prazo de Garantia do produto**

A garantia dos bens deverá ser de no mínimo 01 (um) ano, contados do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o TJPA e deverá cobrir defeitos nos vasilhames (botijões).

Durante a vigência da garantia poderão ser abertos chamados sem limite de quantidade.

**3.5.4 Das Garantias Contratuais**

Por se tratar de aquisição através do Sistema de Registro de Preços, não há necessidade de estabelecimento de parâmetros para a exigência de garantia contratual, tais como calção, seguro-garantia ou fiança bancária

**3.5.5 Indicadores de níveis de serviço/produto**

- a) O TJPA baseado nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e razoabilidade, dentre outros, primando pela qualidade das aquisições e consequente otimização dos recursos públicos, realiza esta aquisição visando adquirir produtos com garantia mínima de 1 ano.
- b) Tal exigência visa à realização de uma aquisição qualificada, resguardando o perfeito funcionamento dos produtos com a comprovação da qualidade, resistência e durabilidade dos itens ofertados nesta aquisição.
- c) Objetiva a administração pública realizar aquisições eficientes e econômicas uma vez que ao se adotar critérios de qualidade privilegia-se ganho na relação custo x benefício.
- d) Aquisições que respeitem as especificações e os requisitos acima citados efetivam o postulado da eficiência, na medida em que reduzem os riscos de compras com padrão de qualidade inferior ao pretendido.
- e) Durante o período da garantia, o fornecedor substituirá todo e qualquer produto defeituoso ou degradado em decorrência de falhas da fabricação e/ou transporte,





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

sem ônus para o TJPA, cabendo a este comunicar por escrito a constatação de defeito-

### 3.6. Da forma de recebimentos provisório e definitivo

#### 3.6.1. Recebimento provisório

O recebimento provisório será efetivado para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação do objeto adquirido, sendo efetuado no momento da entrega, ou em até 5 (cinco) dias úteis desta, oficializando-se com o atestado no canhoto e frente da nota fiscal, desde que sejam verificadas as seguintes características:

- Integridade da embalagem e/ou produto, sendo analisados todos os componentes a fim de identificar qualquer avaria ou defeito;
- A quantidade entregue fisicamente deve corresponder à quantidade constante na nota fiscal.

#### 3.6.2. Recebimento definitivo

O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- Compatibilidade do produto entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TJPA), descrição do produto entregue, quantidade, preços unitários e total;
- Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação da Administração;
- Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste instrumento ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a empresa fornecedora será obrigada a substituí-los em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação da Administração;

### 3.7 Da forma de pagamento

- O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditado na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

material e da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da contratação de preços, juntamente com o Termo de Recebimento Definitivo assinado pelos integrantes da equipe responsável, juntamente com as certidões de regularidade junto a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista;

- b) Do pagamento serão descontados todos os tributos e contribuições de competência da União, exceto, se a empresa fornecedora for optante do Simples Nacional, situação que deverá comprovar;
- c) O TJPA não efetivará o pagamento se, no ato do recebimento, ficar comprovada a entrega de produto diferente das especificações e quantidades constantes na nota de empenho e neste Termo de Referência;
- d) Se a nota fiscal apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou a empresa fornecedora não apresentar situação de regularização fiscal, o prazo supracitado será contado a partir da data em que tais impropriedades forem sanadas;
- e) O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Termo de Referência.

**3.8. Da Classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão e a indicação da nota de reserva.**

- Item 40 (SEAD) – Aquisição de gás de cozinha; no programa 1421 - Manutenção de Gestão do Poder Judiciário; Ação: 8659, 8669 e 8670 – Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário 1º Grau, 2º Grau e Apoio, com objetivo estratégico de aperfeiçoamento da infraestrutura do Poder Judiciário. Notas de Reserva 509/2022 (1º grau); 520/2022 (2º grau) e 573/2022 (Apoio).

**3.9. Dos direitos de propriedade intelectual e autoral**

Não se aplica, por se tratar de aquisição (registro de preço em ata).

**3.3. Da qualificação ou formação técnica dos profissionais**





PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

Não se aplica, por se tratar de aquisição (registro de preço em ata).

**3.4. Dos papéis a serem desempenhados**

| PAPEL  | ENTIDADE | RESPONSABILIDADE   |
|--|----------|--|
| Equipe de Apoio da Contratação                 | TJPA     | Equipe responsável por subsidiar a área de licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e julgamento das propostas das licitantes.   |
| Equipe de Gestão e Fiscalização da contratação | TJPA     | Equipe composta pelo gestor da contratação, responsável por gerir a execução contratual, e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual.  |
| Fiscal Demandante do Contrato                  | TJPA     | Servidor representante da área demandante da contratação, indicado pela referida autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.               |
| Fiscal Técnico do Contrato                     | TJPA     | Servidor representante da área técnica, indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.                                 |
| Fiscal Administrativo do Contrato              | TJPA     | Servidor representante da Secretaria de Administração, indicado pela respectiva autoridade, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, |



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
 Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
 Documento gerado por LEINE CRISTINE FERREIRA SILVA/AT/PPH/ES Data: 8 hora: 12/09/2022 07:57  
 Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
 N° do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
 prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248  
 Documento gerado por LEINE CRISTINE FERREIRA SILVA/AT/PPH/ES Data: 8 hora: 12/09/2022 07:57  
 EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.6DD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAC82175C11





PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

|                    |      |  |
|--------------------|------|--|
|                    |      | aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.  |
| Gestor do Contrato | TJPA | Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão. |

### 3.4.1. Equipe de Planejamento da Contratação

#### Integrante Demandante

Nome: Brunna Ferreira da Silva  
 Matrícula: 6497-1  
 Telefone: (91) 3131-6875  
 E-mail: [brunna.silva@tjpa.jus.br](mailto:brunna.silva@tjpa.jus.br)

#### Integrante Técnico

Nome: Thiago da Silva Soares  
 Matrícula: 6359-2  
 Telefone: (91) 3131-6857  
 E-mail: [thiago.soares@tjpa.jus.br](mailto:thiago.soares@tjpa.jus.br)

#### Integrante Administrativo

Nome: Lenne Chaves Pinto da Silva  
 Matrícula: 64998  
 Telefone: (91) 3205-2328  
 E-mail: [lenne.torres@tjpa.jus.br](mailto:lenne.torres@tjpa.jus.br)

### 3.13.2. Equipe de Apoio da Contratação

#### Integrante Demandante

Nome: Brunna Ferreira da Silva  
 Matrícula: 6497-1  
 Telefone: (91) 3131-6875  
 E-mail: [brunna.silva@tjpa.jus.br](mailto:brunna.silva@tjpa.jus.br)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

**Integrante Técnico**

Nome: Thiago da Silva Soares  
Matrícula: 6359-2  
Telefone: (91) 3131-6857  
E-mail: thiago.soares@tjpa.jus.br

**Integrante Administrativo**

Nome: Lenne Chaves Pinto da Silva  
Matrícula: 64998  
Telefone: (91) 3205-2328  
E-mail: lenne.torres@tjpa.jus.br

**Equipe de Gestão e Fiscalização da Contratação**

**Gestor do Contrato**

Nome: Adalberto Magalhães Malcher da Silva Junior  
Matrícula: 2576-3  
Telefone: (91) 3131-6875  
E-mail: [adalberto.malcher@tjpa.jus.br](mailto:adalberto.malcher@tjpa.jus.br)

**Fiscal Demandante**

Nome: Brunna Ferreira da Silva  
Matrícula: 6497-1  
Telefone: (91) 3131-6875  
E-mail: [brunna.silva@tjpa.jus.br](mailto:brunna.silva@tjpa.jus.br)

**Fiscal Técnico**

Nome: Thiago da Silva Soares  
Matrícula: 6359-2  
Telefone: (91) 3131-6857  
E-mail: thiago.soares@tjpa.jus.br

**3.5. Das sanções**

**3.5.1. Das situações que possam caracterizar descumprimento de obrigações contratuais estabelecidas**





PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

- Quando a contratada:
  - a) Não assinar a ARP, não receber a nota de empenho ou ordem de compra, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
  - d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da ARP;
  - e) Não manter a proposta, injustificadamente;
  - f) Falhar ou fraudar na execução do objeto da ARP;
  - g) Comportar-se de modo inidôneo;
  - h) Cometer fraude fiscal.

**3.5.2. Das multas**

A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta aquisição, e deverá ser aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado desde o primeiro dia de atraso sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta aquisição, por descumprimento do prazo de entrega/prestação dos serviços, sem prejuízo da aplicação dos dispostos nas alíneas a e b deste subitem;

**4. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

**4.1. Especificação técnica detalhada do objeto**

| LOTE 01 |                       |      |                |             |
|---------|-----------------------|------|----------------|-------------|
| ITEM    | DESCRIÇÃO DO MATERIAL | QTDE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
 EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D63430C449D1D.6DD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAC82175C11  
 TJPAPRO202201827V01





PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
 DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

|    |  |     |        |                      |
|----|--|-----|--------|----------------------|
| 01 | Gás de Cozinha de 13kg, tipo GLP (gás liquefeito de petróleo), na modalidade de recarga de vasilhames tipo botijão à base de troca; botijão em bom estado de conservação, vedado e lacrado, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) | 200 | 130,51 | 26.102,00            |
|    |  |     |        | TOTAL: R\$ 26.102,00 |

5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

5.1. Dos modelos de propostas

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA**

1. Razão Social:
2. Número do CNPJ:
3. Endereço completo com CEP:
4. Fone/Celular:
5. Outros (correio eletrônico - e-mail -, caixa postal, etc.):
6. Banco/Nome e nº da Agência/Conta Corrente:
7. Responsável legal para assinatura do instrumento de contratação:
8. **Validade da Proposta: (60 dias).**
9. OBJETO: Aquisição de **GÁS DE COZINHA – GLP** - para atendimento das necessidades do TJPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM  | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNITARIO (R\$) | TOTAL DO ITEM (R\$) |
|-------|-----------|-----|----------------------|---------------------|
| 1     |           |     |                      |                     |
| 2     |           |     |                      |                     |
| TOTAL |           |     |                      |                     |

**Obs.: Descrever os produtos destacando a marca e o modelo.**

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte, embalagens e outros gravames que possam incidir sobre o objeto adquirido.

Atenciosamente,





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

Local e Data

Nome e assinatura do representante legal da empresa RG: CPF

Brunna Ferreira da Silva  
Matrícula: 6497-1  
Integrante demandante

Thiago da Silva Soares  
Matrícula: 6359-2  
Integrante técnico

Lenne Chaves Pinto da Silva  
Matrícula: 64998  
Integrante administrativo

Belém, 18 de julho de 2022.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento verificado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA em 12/09/2022 Data e hora: 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13











PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O TJPA mesmo diante do requerimento de revisão, poderá demandar novos pedidos de fornecimento/serviços pelos preços registrados, durante a instrução para a análise que resultará no indeferimento ou deferimento do pleito, cujos efeitos retroagirão à data do protocolo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Os pedidos de reequilíbrio devem ser instruídos com os seguintes documentos/informações:

- a. Planilha ou equivalente, contendo os custos que embasaram cada item constante da proposta inicial em confronto com os novos custos de cada item a ser reequilibrado (prova de custo do produto), a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular;
- b. Demonstração de forma cabal e objetiva que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à assinatura da Ata de registro de Preços;
- c. Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa;
- d. Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, apresentando, para tanto, todos os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento e variação de cada um dos itens individualmente, e ocorrida no caso concreto (notas fiscais, documentos de importação e/ou outros).

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – eventual revisão dos preços registrados levará em consideração o desconto oferecido por ocasião do certame licitatório.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Não serão aceitos para fins de comprovação de desequilíbrio financeiro a mera variação de índices oficiais e/ou setoriais.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO** – O pagamento será efetuado de acordo com a nota fiscal de serviços/fornecimento, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da execução dos serviços/fornecimento na nota fiscal, após verificada a conformidade da execução e documentação respectiva, através de crédito em conta corrente no Banco XXXXXX, Agência XXXXXXX, conta corrente nº XXXXXXXXXX, mediante a apresentação de fatura emitida pela EMPRESA em correspondência ao objeto executado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A nota fiscal ou fatura deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, demonstrada através de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao site da Justiça do Trabalho competente ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – No ato do pagamento será verificado se a contratada possui pendências quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação das penalidades estabelecidas em Lei, bem como, a rescisão contratual.

**TJPA/SA/CPL**, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710. Belém-PA.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205-3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

**PARÁGRAFO QUARTO** - Poderá o TJPA descontar o valor correspondente aos danos a que a EMPRESA der causa das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela EMPRESA, nos termos desta ata.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Nenhum pagamento isentará a EMPRESA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do material/equipamento.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Para efeito de pagamento, o TJPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

**PARÁGRAFO OITAVO**– No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a EMPRESA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{TX/100}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA** – São obrigações da EMPRESA além das previstas nesta ata de registro de preços, a seguir especificadas, as demais previstas no edital e no termo de referência:

I – Executar fielmente o objeto da presente ata de registro de preços, obedecendo rigorosamente às exigências e especificações contidas no termo de referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta ata.

II – Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo TJPA, substituindo imediatamente os objetos não aprovados pela fiscalização.

III – Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a vigência da ata e fornecimento dos bens/materiais;

IV – Manter durante a vigência da ata de registro de preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital convocatório apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

V – Acatar todas as exigências do TJPA, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

VI – Atender às especificações contidas nesta ata de registro de preços, no edital convocatório, no termo de referência e na sua proposta, às quais a EMPRESA fica vinculada.

**TJPA/SA/CPL**, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710. Belém-PA.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205-3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LEI Nº 14.155/2011, em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAAC82175C11







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO** – O acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade dos servidores listados no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O TJPA promoverá o acompanhamento e fiscalização do objeto desta ata, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A fiscalização pelo TJPA não exclui nem reduz a responsabilidade da EMPRESA por quaisquer irregularidades no fornecimento, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES** – Ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no edital, nesta ata de registro de preços e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/1993, garantido o direito à ampla e prévia defesa, a EMPRESA que:

- a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, não retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata;
- e) não manter a proposta, injustificadamente;
- f) falhar ou fraudar na execução do objeto desta ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.

i) compuser o cadastro de reserva, em pregão para registro de preços e quando convocada, não honrar o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Pelo atraso na execução no fornecimento/prestação dos serviços, pela inexecução total ou parcial do objeto desta ata de registro de preços, pelo não atendimento às especificações contidas no termo de referência (Anexo I), e descumprimento de qualquer obrigação prevista no edital, nesta ata e nos instrumentos afins, o TJPA poderá aplicar à EMPRESA as seguintes sanções, além das previstas no *caput* desta cláusula, garantida a ampla e prévia defesa:

- a) advertência;
- b) multa, nos termos descritos no parágrafo quarto;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As sanções previstas no *caput* desta cláusula e nas alíneas *a* e *c* do parágrafo primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea *b* do parágrafo primeiro, facultada a defesa prévia da EMPRESA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a EMPRESA foi oficialmente comunicada, salvo para a sanção estabelecida na alínea *c* do parágrafo primeiro, cuja defesa deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, contado da abertura de vista.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a EMPRESA descumprir qualquer obrigação.

**TJPA/SA/CPL**, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710. Belém-PA.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205-3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento verificado por: ENNE CIVILE, PRP/PD/DA/SJPA/AT/PP/RES Data: 8 hora: 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAC82175C11  
TJPA/PRO202201827V01







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que deverá ser penalizado na forma da alínea *b* do parágrafo quarto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A sanção pecuniária prevista na alínea *e* do parágrafo quarto não se aplica nas hipóteses de rescisão que não ensejam penalidades.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A sanção de impedimento prevista no *caput* desta cláusula será aplicada de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 01 (um) ano, quando a licitante vencedora convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização (*caput*, alínea *a*); deixar de entregar a documentação exigida para o certame (*caput*, alínea *b*); ou não mantiver sua proposta, injustificadamente (*caput*, alínea *e*);

b) de 01 (um) a 02 (dois) anos, quando a EMPRESA ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata de registro de preços, devendo ser considerados os prejuízos causados à Administração (*caput*, alínea *d*);

c) de até 02 (dois) anos, quando a EMPRESA falhar na execução do objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea *f*);

d) de até 05 (cinco) anos, quando a EMPRESA apresentar documento falso ou fizer declaração falsa (*caput*, alínea *c*); fraudar na execução do objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea *f*); comportar-se de modo inidôneo (*caput*, alínea *g*); ou cometer fraude fiscal (*caput*, alínea *h*).

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a EMPRESA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de impedimento aplicada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – A declaração de inidoneidade, sua extinção e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/1993.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Assegurado o direito à ampla e prévia defesa e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e obrigatoriamente registrada no SICAF devendo constar:

a) a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

b) o prazo do impedimento para licitar e contratar ou da declaração de inidoneidade;

c) o fundamento legal da sanção aplicada;

d) o nome ou a razão social da empresa punida, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CPF/CNPJ).

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – As sanções serão aplicadas pelo Secretário de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme Portaria nº 451, de 30 de janeiro de 2020, ou por quem o substitua nas hipóteses de afastamentos e impedimentos legais, à vista dos motivos informados na instrução processual, exceto a penalidade de idoneidade que será aplicada pela Presidência.

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710. Belém-PA.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205-3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento gerado por LEINE CRISTINE PINHEIRO DOS SANTOS em 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: D9D634340C449D1D.EDD25E25003CC4E2.663498BCD0838691.652CDAAC82175C11











PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A condição estabelecida no *caput* desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Integram esta ata: o Edital do Pregão Eletrônico nº 055/TJPA/2022, o Termo de Referência e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no supracitado certame.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O prazo para assinatura desta ata será de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento oficial de convocação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 991/2020, da Lei nº. 8.078/1993 e da Portaria nº. 683/2020 do Gabinete da Presidência do TJPA.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O resumo da ata de registro de preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará no prazo de até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, condição indispensável para sua eficácia.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO** – As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Débora Moraes Gomes**  
Secretária de Administração

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante da Empresa

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome - CPF/MF

\_\_\_\_\_  
Nome - CPF/MF

TJPA/SA/CPL, Av. Almirante Barroso, nº. 3089, sala T-125, bairro do Souza. CEP: 66.613-710. Belém-PA.  
E-mail: licitacao@tjpa.jus.br. telefones: (91) 3205-3206 / 3205-3189 / 3205-3257 Fax: (91) 3205-3287 / 3205-3206.



Assinado com senha por AMANDA CAROLINE PINHEIRO DOS SANTOS.  
Use 3226236.21771795-9248 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21771795-9248>  
Documento Verificado em: 12/09/2022 07:57  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 13





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
 Coordenadoria de Convênios e Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2022/TJPA**  
**REF.PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022/TJPA**

Aos 13 dias do mês de setembro de 2022, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº. 3089, bairro do Souza, cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.567.897/0001-90, doravante denominado TJPA, por sua Secretária de Administração, **DÉBORA MORAES GOMES**, brasileira, residente e domiciliada em Belém, capital do Estado do Pará, portador da carteira de identidade nº. 1602961 SSP/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº. 257.584.702-87, designado pela Portaria nº. 450/2021-GP de 1º de fevereiro de 2021, publicada no Diário de Justiça do dia 02 fevereiro de 2021, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1993 (Código de Defesa do Consumidor); pelo Decreto Federal nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e pelas demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº. 055/TJPA/2022 (processo nº PA-PRO-2022/01827), para o Registro de Preços nº 034/TJPA/2022, conforme homologação da Secretária de Administração deste Egrégio Tribunal, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 09 de setembro de 2022, registram-se os preços oferecidos pela empresa **K B PINHEIRO COMÉRCIO DE GÁS - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.519.067/0001-53, com sede na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, à Avenida Central, Conjunto Sabiã, 11, Quadra 13, Quarenta Horas, Cep: 67120-395, Telefone: (91) 3263-8218, e-mail: [boaesperancagas@gmail.com](mailto:boaesperancagas@gmail.com), doravante denominada EMPRESA, neste ato representada por **KEILA BARBOSA PINHEIRO VALADARES**, portadora do RG nº 05318187506 – CNH/DETRAN/PA, inscrita no CPF/MF sob o nº 762.230.602-97, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar do certame supracitado.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** – O presente termo tem por objeto o Registro de Preço registro de preços para aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg, necessários ao aparelhamento das unidades do TJPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS** – Esta ata de registro de preços é documento vinculativo obrigacional e seu prazo de validade não será superior a 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, com início em 13 de setembro de 2022 e término em 13 de

TJPA-PRO-2022/03578  
 LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
 Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
 Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES. Data: 21/09/2022 08:29  
 Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
 N° do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
 EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0EB46FB30B  
 TJPAPRO202203578V01





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

setembro de 2023, com eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Durante o prazo de validade desta ata, o TJPA não estará obrigado a adquirir o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação, quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à EMPRESA, sendo-lhe, entretanto, assegurada a preferência de contratação em igualdade de condições.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A partir da assinatura da presente ata, a EMPRESA assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, aos pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas neste instrumento e no termo de referência, ficando sujeita, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A retirada da nota de empenho será a caracterização do compromisso de entregar os bens/materiais objetos da presente ata.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS** – Os preços ofertados pela EMPRESA constam de sua proposta, parte integrante desta ata.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação desta ata de registro de preços.

**PATICIPANTE VENCEDOR**

| Inscrição | Razão Social                      | CNPJ/CNPJ      | Preço Total |
|-----------|-----------------------------------|----------------|-------------|
| 106607    | K B PINHEIRO COMERCIO DE GAS - ME | 11519067000153 | 26.000,00   |

**CLÁUSULA QUARTA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

– Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do fornecimento/prestação ou bens registrados, cabendo ao TJPA promover as negociações junto à EMPRESA, observadas as disposições contidas na alínea “d”, do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJPA convocará a EMPRESA para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento validado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
N° do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
 EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0E846FB30B  
 TJPAPRO202203578V01





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Se a EMPRESA não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A ordem de classificação das empresas que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e a EMPRESA não puder cumprir o compromisso, o TJPA poderá:

I – liberar a EMPRESA do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de entrega dos bens/materiais, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II – convocar as demais empresas para assegurar igual oportunidade de negociação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – No caso de solicitação de revisão de preços a requerimento da empresa, esta deverá efetuar-la em momento anterior ao pedido de entrega/prestação efetuado pelo TJPA, e dentro do prazo de validade da ata.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Não havendo êxito nas negociações, o TJPA deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O registro da EMPRESA será cancelado quando:

I – descumprir as condições da ata de registro de preços;

II – não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pelo TJPA, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir os preços registrados, na hipótese destes se tornarem superiores àqueles praticado no mercado; ou

IV – sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do parágrafo anterior será formalizado por despacho do TJPA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO NONO** – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

I – por razão de interesse público; ou

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

II – a pedido da EMPRESA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – O TJPA mesmo diante do requerimento de revisão, poderá demandar novos pedidos de fornecimento/serviços pelos preços registrados, durante a instrução para a análise que resultará no indeferimento ou deferimento do pleito, cujos efeitos retroagirão à data do protocolo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Os pedidos de reequilíbrio devem ser instruídos com os seguintes documentos/informações:

- Planilha ou equivalente, contendo os custos que embasaram cada item constante da proposta inicial em confronto com os novos custos de cada item a ser reequilibrado (prova de custo do produto), a fim de comprovar a elevação dos encargos do particular;
- Demonstração de forma cabal e objetiva que o desequilíbrio decorre de fato superveniente, isto é, ocorrência de evento posterior à assinatura da Ata de registro de Preços;
- Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa;
- Comprovação de que o desequilíbrio decorre de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, apresentando, para tanto, todos os documentos que comprovem a imprevisibilidade da ocorrência do evento e variação de cada um dos itens individualmente, e ocorrida no caso concreto (notas fiscais, documentos de importação e/ou outros).

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – eventual revisão dos preços registrados levará em consideração o desconto oferecido por ocasião do certame licitatório.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - Não serão aceitos para fins de comprovação de desequilíbrio financeiro a mera variação de índices oficiais e/ou setoriais.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO** – O pagamento será efetuado de acordo com a nota fiscal de serviços/fornecimento, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da execução dos serviços/fornecimento na nota fiscal, após verificada a conformidade da execução e documentação respectiva, através de crédito em conta corrente no **Banco do Estado do Pará - BANPARÁ, Agência 045, conta corrente nº 7308191**, mediante a apresentação de fatura emitida pela EMPRESA em correspondência ao objeto executado.

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento verificado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
 Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A nota fiscal ou fatura deverá vir acompanhada obrigatoriamente dos comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, demonstrada através de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e ao site da Justiça do Trabalho competente ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº. 8.666/1993.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – No ato do pagamento será verificado se a contratada possui pendências quanto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões, a CONTRATADA estará sujeita a aplicação das penalidades estabelecidas em Lei, bem como, a rescisão contratual.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Poderá o TJPA descontar o valor correspondente aos danos a que a EMPRESA der causa das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O TJPA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes às multas ou a indenizações devidas pela EMPRESA, nos termos desta ata.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Nenhum pagamento isentará a EMPRESA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do material/equipamento.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Para efeito de pagamento, o TJPA procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

**PARÁGRAFO OITAVO**– No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a EMPRESA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo TJPA, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}$$

$$I = \frac{(6/100)}$$

$$I = 0,0001644$$

TJPA-PRO-2022/03578  
 LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
 Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
 Documento validado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES. Data e hora: 21/09/2022 08:29  
 Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
 FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0E846FB30B  
 EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0E846FB30B  
 TJPAPRO202203578V01





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

365

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA** – São obrigações da EMPRESA além das previstas nesta ata de registro de preços, a seguir especificadas, as demais previstas no edital e no termo de referência:

I – Executar fielmente o objeto da presente ata de registro de preços, obedecendo rigorosamente às exigências e especificações contidas no termo de referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta ata.

II – Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo TJPA, substituindo imediatamente os objetos não aprovados pela fiscalização.

III – Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a vigência da ata e fornecimento dos bens/materiais;

IV – Manter durante a vigência da ata de registro de preços as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital convocatório apresentando, sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

V – Acatar todas as exigências do TJPA, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

VI – Atender às especificações contidas nesta ata de registro de preços, no edital convocatório, no termo de referência e na sua proposta, às quais a EMPRESA fica vinculada.

VII – Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, sujeitando-se às penas e às multas estabelecidas no edital e nesta ata, além da aplicação daquelas previstas na Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, sem prejuízos das demais.

VIII – Assumir, por sua conta exclusiva, todos os custos e encargos resultantes do fornecimento objeto desta ata de registro de preços, inclusive impostos, taxas, fretes, emolumentos e suas majorações, incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto registrado.

IX – Em nenhuma hipótese poderá a EMPRESA veicular publicidade acerca do objeto da presente ata de registro de preços.

X – A EMPRESA se sujeita às disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078/1990.

XI – A EMPRESA não poderá possuir em seu quadro de sócios e empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de desembargadores e juízes vinculados ao TJPA, bem como de ocupantes de cargos de direção

**TJPA-PRO-2022/03578**  
**LCT**



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento verificado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES em 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0CEB46FB30B EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0CEB46FB30B

TJAPRO202203578V01







**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

e assessoramento, conforme art. 3º da Resolução nº. 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

XII - Manter atualizados os contatos de e-mail e telefone dos prepostos informados na proposta, não sendo aceitas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento de telefonemas e/ou mensagens.

XIII – Cumprir as demais obrigações constantes do termo de referência, que é parte integrante desta ata.

**CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO TJPA** – São obrigações do TJPA, além das demais previstas nesta ata de registro de preços e nos anexos que integram e complementam o edital convocatório:

- I – Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas na forma e prazo estabelecidos.
- II – Observar para que, durante a vigência da ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- III – Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- IV – Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da EMPRESA.
- V – Comunicar à EMPRESA quaisquer irregularidades no objeto desta ata, objetivando a imediata reparação ou substituição dos produtos.
- VI – Atestar a entrega e a aceitação dos bens/materiais fornecidos, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do termo de referência, por meio de notificação à detentora do preço registrado.
- VII – Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, anotando em registro próprio os defeitos detectados na prestação e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam correção por parte da EMPRESA.
- VIII – Cumprir as demais obrigações constantes do edital e do termo de referência.

**CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO** – O acompanhamento e a fiscalização da Ata de Registro de Preços ficarão sob a responsabilidade dos servidores listados no Termo de Referência.

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O TJPA promoverá o acompanhamento e fiscalização do objeto desta ata, sob os aspectos quantitativos e qualitativos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A fiscalização pelo TJPA não exclui nem reduz a responsabilidade da EMPRESA por quaisquer irregularidades no fornecimento, nem perante terceiros, ainda que resultante de imperfeições técnicas.

**CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES** – Ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Pará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, se for o caso, sem prejuízo das multas previstas no edital, nesta ata de registro de preços e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/1993, garantido o direito à ampla e prévia defesa, a EMPRESA que:

- a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços, não retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata;
- e) não manter a proposta, injustificadamente;
- f) falhar ou fraudar na execução do objeto desta ata;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.
- i) compuser o cadastro de reserva, em pregão para registro de preços e quando convocada, não honrar o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Pelo atraso na execução no fornecimento/prestação dos serviços, pela inexecução total ou parcial do objeto desta ata de registro de preços, pelo não atendimento às especificações contidas no termo de referência (Anexo I), e descumprimento de qualquer obrigação prevista no edital, nesta ata e nos instrumentos afins, o TJPA poderá aplicar à EMPRESA as seguintes sanções, além das previstas no *caput* desta cláusula, garantida a ampla e prévia defesa:

- a) advertência;
- b) multa, nos termos descritos no parágrafo quarto;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**TJPA-PRO-2022/03578**  
**LCT**



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES. Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gilliet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0E846FB30B





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – As sanções previstas no *caput* desta cláusula e nas alíneas *a* e *c* do parágrafo primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea *b* do parágrafo primeiro, facultada a defesa prévia da EMPRESA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a EMPRESA foi oficialmente comunicada, salvo para a sanção estabelecida na alínea *c* do parágrafo primeiro, cuja defesa deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias, contado da abertura de vista.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a EMPRESA descumprir qualquer obrigação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à EMPRESA pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta ata, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado desde o primeiro dia de atraso sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta aquisição, por descumprimento do prazo de entrega/prestação dos serviços, sem prejuízo da aplicação dos dispostos nas alíneas *a* e *b* deste subitem

**PARÁGRAFO QUINTO** – A multa será formalizada por termo de aplicação de penalidade e será executada após regular processo administrativo, garantida à licitante contratada o direito de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos dos §§2º e 3º do art. 86 da Lei nº. 8.666/1993, na seguinte ordem:

- a. pagamento espontâneo, por meio de Guia de Devoluções e Ressarcimentos – GDR que deverá ser emitida pela própria contratada no site do Tribunal de Justiça, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação;
- b. dedução dos pagamentos devidos pela Administração;
- c. cobrado judicialmente, após inscrição em Dívida Ativa.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega do objeto, se dia de expediente normal no TJP, ou no primeiro dia útil seguinte.

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES em 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gilliet das Neves (Lei 11.419/2006) FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0E846FB30B EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0E846FB30B





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado o atraso não superior a 05 (cinco) dias.

**PARÁGRAFO OITAVO** – O TJPA poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.

a) Para fins de aplicação deste parágrafo, será considerado irrisório valor igual ou inferior a 2% (dois por cento) do previsto no art. 24, II da Lei nº 8.666/1993.

b) Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.

c) Para determinar a reincidência no descumprimento do ajuste, serão considerados os antecedentes da EMPRESA nos últimos 12 (doze) meses, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

d) Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO NONO** – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e a ata de registro de preços poderão ser rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que deverá ser penalizado na forma da alínea *b* do parágrafo quarto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – A sanção pecuniária prevista na alínea *e* do parágrafo quarto não se aplica nas hipóteses de rescisão que não ensejam penalidades.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – A sanção de impedimento prevista no *caput* desta cláusula será aplicada de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 01 (um) ano, quando a licitante vencedora convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar a ata de registro de preços, retirar a nota de empenho ou a ordem de autorização (*caput*, alínea *a*); deixar de entregar a documentação exigida para o certame (*caput*, alínea *b*); ou não mantiver sua proposta, injustificadamente (*caput*, alínea *e*);

b) de 01 (um) a 02 (dois) anos, quando a EMPRESA ensejar o retardamento da execução do objeto desta ata de registro de preços, devendo ser considerados os prejuízos causados à Administração (*caput*, alínea *d*);

c) de até 02 (dois) anos, quando a EMPRESA falhar na execução do objeto desta ata de registro de preços (*caput*, alínea *f*);

d) de até 05 (cinco) anos, quando a EMPRESA apresentar documento falso ou fizer declaração falsa (*caput*, alínea *c*); fraudar na execução do objeto desta ata de registro de preços (*caput*,

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES em 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

alínea *f*); comportar-se de modo inidôneo (*caput*, alínea *g*); ou cometer fraude fiscal (*caput*, alínea *h*).

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a EMPRESA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção de impedimento aplicada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** – A declaração de inidoneidade, sua extinção e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinados ou vinculados à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº. 8.666/1993.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** – Assegurado o direito à ampla e prévia defesa e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e obrigatoriamente registrada no SICAF devendo constar:

- a) a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- b) o prazo do impedimento para licitar e contratar ou da declaração de inidoneidade;
- c) o fundamento legal da sanção aplicada;
- d) o nome ou a razão social da empresa punida, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal (CPF/CNPJ).

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** – As sanções serão aplicadas pelo Secretário de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, conforme Portaria nº 451, de 30 de janeiro de 2020, ou por quem o substitua nas hipóteses de afastamentos e impedimentos legais, à vista dos motivos informados na instrução processual, exceto a penalidade de idoneidade que será aplicada pela Presidência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** – É facultado à EMPRESA interpor recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado, devendo neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gilliet das Neves (Lei 11.419/2006) FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0E846FB30B EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0E846FB30B

TJAPRO202203578V01





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** – Da declaração de inidoneidade aplicada caberá pedido de reconsideração à autoridade que aplicou a penalidade, que deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** – Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As notificações para a apresentação de ampla defesa e contraditório, e das decisões de aplicação de penalidade para efeitos de recurso e/ou pedido de reconsideração, poderão se dar através de ofício entregue fisicamente ao representante da empresa ou encaminhado através de e-mail a ser informado obrigatoriamente na proposta.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Quando da utilização de correio eletrônico, caso a empresa não acuse o recebimento da respectiva notificação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a leitura será automaticamente confirmada e o prazo para a apresentação de defesa, recurso ou pedido de reconsideração iniciará, não sendo acatadas alegações de falhas ou dificuldades técnicas no recebimento de mensagens.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a Coordenadoria de Convênios e Contratos, quando pertinente, deverá comunicar a seguradora e/ou a fiadora paralelamente às comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA e das decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** - Observando-se o parágrafo anterior, caberá à Secretaria de Planejamento a execução do procedimento necessário ao recebimento de valores perante a seguradora, cabendo à fiscalização o devido acompanhamento.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza indenizatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da CONTRATADA por danos causados ao CONTRATANTE.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES** – Esta ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante a solicitação de adesão através de Ofício enviado ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, endereçado à Coordenadoria de Convênios e Contratos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Para realizar a solicitação, o usuário deverá informar o código da UASG 925942 e preencher os campos do sistema, que é autoexplicativo.

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento Verificado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0EB46FB30B EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0EB46FB30B

TJPA-PRO-2022/03578V01





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caberá à EMPRESA, beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições aqui estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes desta ata, assumidas com o TJPA.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à ata de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O quantitativo decorrente das adesões a esta ata não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado nesta ata para o TJPA, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**PARÁGRAFO QUINTO** – O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Após autorização do TJPA, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ata.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pela EMPRESA das obrigações assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao TJPA.

**PARÁGRAFO OITAVO** – É facultada aos órgãos e entidades municipais, distritais ou de outros Estados a adesão a esta ata, devendo-se dar prioridade aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Pará.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO** – O TJPA será o órgão responsável pelos atos de controle e administração desta ata de registro de preços e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, as empresas para os quais serão emitidos os pedidos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O gerenciamento das obrigações contratuais objeto desta ata será efetuado pelo setor do TJPA, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TJPA, toda e qualquer ação de orientação geral e acompanhamento na execução do fornecimento objeto da presente ata.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A convocação das empresas pelo TJPA será formalizada e conterà o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido.

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0E846FB30B



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES em Data: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A EMPRESA convocada na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a nota de empenho e a ordem de autorização, ou não cumprir as obrigações estabelecidas nesta ata de registro de preços, estará sujeita às sanções previstas no edital e neste instrumento.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Quando comprovada uma dessas hipóteses, o TJPA poderá indicar a próxima EMPRESA a ser destinado o pedido, na ordem de classificação, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – As despesas decorrentes da contratação objeto desta ata correrão à conta de recursos consignados no orçamento do TJPA para os exercícios alcançados pelo prazo de vigência da ata de registro de preços, a cargo do TJPA, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada demanda para execução do objeto da presente ata, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão na respectiva nota de empenho.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS** – Será incluído nesta ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os preços iguais aos da licitante vencedora na ordem de classificação do certame.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A ordem de classificação das licitantes registradas na ata deverá ser respeitada nas contratações.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A condição estabelecida no *caput* desta cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Integram esta ata: o Edital do Pregão Eletrônico nº 055/TJPA/2022, o Termo de Referência e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no supracitado certame.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O prazo para assinatura desta ata será de até 05 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento oficial de convocação.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 991/2020, da Lei nº. 8.078/1993 e da Portaria nº. 683/2020 do Gabinete da Presidência do TJPA.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O resumo da ata de registro de preços será publicado no Diário Oficial do Estado do Pará no prazo de até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura, condição indispensável para sua eficácia.

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES. Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gilliet das Neves (Lei 11.419/2006) FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0EB46FB30B  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0EB46FB30B  
TJAPRO202203578V01







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
Coordenadoria de Convênios e Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO** – As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Belém, Capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém, 13 de setembro de 2022.

**DÉBORA MORAES GOMES**

Secretária de Administração

**K B PINHEIRO  
VALADARES COM DE  
GAS:11519067000153**

Assinado de forma digital por K B  
PINHEIRO VALADARES COM DE  
GAS:11519067000153

Dados: 2022.09.19 10:44:01 -03'00'

**KEILA BARBOSA PINHEIRO VALADARES**

K B PINHEIRO COMÉRCIO DE GÁS – ME

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

Nome - CPF/MF

\_\_\_\_\_

Nome - CPF/MF

TJPA-PRO-2022/03578  
LCT



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento validado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>  
Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14





  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE SUPRIMENTOS**

## TERMO DE REFERÊNCIA

# REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA

**Belém-Pa**  
**Julho/2022**



TJAPRO202201827V01



TJAPRO202203578V01

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei 11.419/2006)  
EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0EB46FB30B



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO PA-PRO-2022/01827**

**1. DO OBJETO**

Registro de preços para aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg, em quantidade e especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, necessários ao aparelhamento das unidades deste TJPA.

**2. DA FUNDAMENTAÇÃO**

**2.1. Justificativa da contratação**

Considerando a proximidade de término de vigência da Ata de Registro de Preço 021/2021/TJPA e a necessidade de manter estoque mínimo deste produto nas unidades de almoxarifado, justifica-se a aquisição destes insumos para garantir os atendimentos demandados pelas copas dos Fóruns e Juizados Especiais localizados em Belém, contemplando os setores de 1º grau, 2º grau e de apoio à atividade judicante deste TJPA.

**2.2. Forma e o critério de seleção do fornecedor com a indicação da modalidade, o tipo de licitação e a forma de adjudicação**

O objeto a ser adquirido é bem considerado comum, encontrado usualmente no mercado, cuja forma de escolha do fornecedor será por licitação do tipo "menor preço" para item único, na modalidade "Pregão Eletrônico" para formação de Registro de Preços, com ampla concorrência, visando a melhor proposta para a Administração.

**2.3. Dos critérios técnicos de habilitação**

Na qualificação técnica, o licitante deverá comprovar o fornecimento de ao menos 30% dos quantitativos para o item, podendo esses quantitativos serem comprovados através dos somatórios apresentados nos atestados de capacidade técnica.

Também, apresentar toda a documentação necessária à comprovação da habilitação jurídica da empresa e a documentação à regularidade fiscal e trabalhista



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJAPRO202201827V01



TJAPRO202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

(certidões de regularidade junto a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal, a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista), conforme previsão expressa na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**2.4. Do impacto ambiental**

Não se vislumbra necessidades de providências de adequações para a solução a ser contratada, pois se prescinde de adaptação direta ao ambiente para início do fornecimento de materiais, bem como o Almojarifado Central do TJPA dispõe de espaço físico adequado para armazenagem e recursos humanos e equipamentos para distribuição dos insumos, conforme previsto na NBR 15514 da ABNT.

Além disso, em cumprimento da orientação do Conselho Nacional de Justiça para que os Tribunais adotem políticas públicas visando à formação e à recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, na entrega dos produtos as empresas deverão cumprir as seguintes orientações:

Entregar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI/MPOG N.º 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010.

Entregar produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous), conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA/SLTI/MPOG N.º 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010.

**3. DAS DEFINIÇÕES DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**3.1. Do regime de execução do contrato no caso de serviço, ou forma de fornecimento**

O fornecimento do material deverá ser feito sob regime de execução indireta, de forma parcelada, a critério do TJPA, sendo que os pedidos de aquisição serão realizados bimestralmente ou trimestralmente, em quantidade nunca inferior à 15% do quantitativo total registrado.



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJAPRO202201827V01



TJAPRO202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

**3.2. Das obrigações contratuais**

**3.2.1. Das obrigações do contratante (TJPA)**

- 3.2.1.1. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, proporcionando todas as condições para que ela possa cumprir suas obrigações na forma e prazos estabelecidos;
- 3.2.1.2. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no Edital do Pregão e em seus anexos;
- 3.2.1.3. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos itens;
- 3.2.1.4. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos na ARP;
- 3.2.1.5. Atestar o recebimento dos itens entregues, bem como sua adequação às especificações exigidas, rejeitando os que não estiverem de acordo com as especificações do Termo de Referência, por meio de notificação à empresa contratada;
- 3.2.1.6. Comunicar à licitante vencedora qualquer irregularidade constatada no cumprimento de suas obrigações;
- 3.2.1.7. Verificar a regularidade da empresa fornecedora, perante o FGTS e em face das contribuições administradas devidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), das inscrições em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e comprovação de regularidade perante a Justiça Trabalhista, antes de cada pagamento;
- 3.2.1.8. Aplicar penalidades cabíveis por descumprimento do pactuado neste instrumento.

**3.2.2. Das obrigações da contratada**

- 3.2.2.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do item licitado;
- 3.2.2.2. Fornecer itens conforme especificações, marcas, validade/garantia e preços propostos na licitação, e nas quantidades solicitadas pelo TJPA;
- 3.2.2.3. Comunicar ao TJPA toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada durante a fase de fornecimento dos itens;
- 3.2.2.4. Fornecer os dados da rede credenciada de assistência técnica nesta capital ou região metropolitana de Belém, quando da assinatura do Contrato, informando nome das empresas, endereços e telefones;
- 3.2.2.5. Entregar os itens no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho.



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJAPRO202201827V01



TJAPRO202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

- 3.2.2.6. Efetuar a troca dos itens que forem recusados pela Administração, devido ao não atendimento às especificações exigidas no certame ou por vícios e/ou defeitos identificados, sem qualquer ônus para o TJPA, no prazo máximo de 05 (cinco) corridos, contados do recebimento da notificação por parte do TJPA;
- 3.2.2.7. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pelo TJPA;
- 3.2.2.8. Efetuar a entrega dos itens e a emitir nota fiscal nas quantidades e descrições solicitadas, conforme estabelecido na nota de empenho;
- 3.2.2.9. Cumprir os prazos estipulados pelo TJPA, conforme constam na ata.
- 3.2.2.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 3.2.2.11. Manter, durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.2.2.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas na ata;
- 3.2.2.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ata.
- 3.2.2.14. Apresentar na fase de habilitação, toda a documentação necessária à comprovação da habilitação jurídica da empresa, bem como, a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### 3.3. Da dinâmica de execução

#### 3.3.1. Etapas

- a) Inicia-se com o Pedido de Compra via GRP Thema;
- b) Emissão de Ordens de Despesa, autorizadas pelos gestores do DPS e SEAD;
- c) Emissão de notas de empenho junto à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças;
- d) Envio de notas de empenho ao fornecedor;
- e) Recebimento provisório e definitivo dos produtos e ateste de nota fiscal;
- f) Envio de nota fiscal atestada para liquidação e pagamento.

#### 3.3.2. Logística



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJAPRO202201827V01



TJAPRO202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

Devem ser considerados os seguintes aspectos, conforme o caso:

- **Local de entrega:** Almoxarifado Central do TJPA, localizado na Rodovia Augusto Montenegro, nº 4.950, Km 04 (logo após o Residencial Montenegro Boulevard, que fica em frente ao Parque Shopping, lado direito no sentido Belém - Icoaraci), Bairro Parque Verde. Belém-Pará. CEP 66.635-110;
- **Horários de entrega:** das 08:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira; exceto feriados
- **Responsável:** Brunna Ferreira da Silva – Tel.: (91) 3131-6877;
- **Periodicidade de pedidos:** Os pedidos de compra poderão ser realizados bimestralmente ou trimestralmente, durante a vigência da ARP.

### 3.3.3. Cronograma

As entregas deverão ser de forma parcelada, durante a vigência da ARP, a critério da administração deste TJPA, sendo que cada pedido de compra será realizado no percentual mínimo de 15% da quantidade registrada.

### 3.4. Dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos produtos e/ou de prestação de serviços e das demais formas de comunicação

As solicitações de aquisição serão efetivamente realizadas com o envio de nota de empenho ao fornecedor, através de e-mail funcional de servidor do TJPA, respeitando as boas práticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelo TJPA, como, por exemplo, privilegiando a utilização de meios de comunicação virtuais, evitando, sempre que possível, a impressão de documentos.

### 3.5. Dos prazos

#### 3.5.1. Prazo de entrega dos produtos

A entrega dos objetos deverá ocorrer no prazo de **até 30 (trinta) dias** a contar do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor. Este recebimento, efetivamente, contará a partir da data do envio da nota de empenho por e-mail funcional de servidor do TJPA, para o e-mail informado pelo fornecedor.

Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga, devendo estar em perfeitas condições de funcionamento, sem marcas, amassados ou



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJPA-PRO-20220-1827V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14



TJPA-PRO-202203578V01



  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

arranhões, quando da recepção pelo TJPA, além de estarem identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal.

**3.5.2. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços**

Prazo de vigência será de 12 meses.

**3.5.3. Prazo de Garantia do produto**

A garantia dos bens deverá ser de no mínimo 01 (um) ano, contados do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o TJPA e deverá cobrir defeitos nos vasilhames (botijões).

Durante a vigência da garantia poderão ser abertos chamados sem limite de quantidade.

**3.5.4 Das Garantias Contratuais**

Por se tratar de aquisição através do Sistema de Registro de Preços, não há necessidade de estabelecimento de parâmetros para a exigência de garantia contratual, tais como calção, seguro-garantia ou fiança bancária

**3.5.5 Indicadores de níveis de serviço/produto**

- a) O TJPA baseado nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e razoabilidade, dentre outros, primando pela qualidade das aquisições e consequente otimização dos recursos públicos, realiza esta aquisição visando adquirir produtos com garantia mínima de 1 ano.
- b) Tal exigência visa à realização de uma aquisição qualificada, resguardando o perfeito funcionamento dos produtos com a comprovação da qualidade, resistência e durabilidade dos itens ofertados nesta aquisição.
- c) Objetiva a administração pública realizar aquisições eficientes e econômicas uma vez que ao se adotar critérios de qualidade privilegia-se ganho na relação custo x benefício.
- d) Aquisições que respeitem as especificações e os requisitos acima citados efetivam o postulado da eficiência, na medida em que reduzem os riscos de compras com padrão de qualidade inferior ao pretendido.
- e) Durante o período da garantia, o fornecedor substituirá todo e qualquer produto defeituoso ou degradado em decorrência de falhas da fabricação e/ou transporte.



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJAPRO202201827V01



TJAPRO202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>



  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

sem ônus para o TJPA, cabendo a este comunicar por escrito a constatação de defeito:

### 3.6. Da forma de recebimentos provisório e definitivo

#### 3.6.1. Recebimento provisório

O recebimento provisório será efetivado para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação do objeto adquirido, sendo efetuado no momento da entrega, ou em até 5 (cinco) dias úteis desta, oficializando-se com o atestado no canhoto e frente da nota fiscal, desde que sejam verificadas as seguintes características:

- a) Integridade da embalagem e/ou produto, sendo analisados todos os componentes a fim de identificar qualquer avaria ou defeito;
- b) A quantidade entregue fisicamente deve corresponder à quantidade constante na nota fiscal.

#### 3.6.2. Recebimento definitivo

O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) Compatibilidade do produto entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- b) Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TJPA), descrição do produto entregue, quantidade, preços unitários e total;
- c) Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação da Administração;
- d) Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste instrumento ou apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso serão recusados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a empresa fornecedora será obrigada a substituí-los em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação da Administração;

### 3.7 Da forma de pagamento

- a) O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditado na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJPA-PRO-20220-1827V01



TJPA-PRO-202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

- material e da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo fiscal da contratação de preços, juntamente com o Termo de Recebimento Definitivo assinado pelos integrantes da equipe responsável, juntamente com as certidões de regularidade junto a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), a Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça Trabalhista;
- b) Do pagamento serão descontados todos os tributos e contribuições de competência da União, exceto, se a empresa fornecedora for optante do Simples Nacional, situação que deverá comprovar;
  - c) O TJPA não efetivará o pagamento se, no ato do recebimento, ficar comprovada a entrega de produto diferente das especificações e quantidades constantes na nota de empenho e neste Termo de Referência;
  - d) Se a nota fiscal apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou a empresa fornecedora não apresentar situação de regularização fiscal, o prazo supracitado será contado a partir da data em que tais impropriedades forem sanadas;
  - e) O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Termo de Referência.

**3.8. Da Classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão e a indicação da nota de reserva.**

- Item 40 (SEAD) – Aquisição de gás de cozinha; no programa 1421 - Manutenção de Gestão do Poder Judiciário; Ação: 8659, 8669 e 8670 – Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário 1º Grau, 2º Grau e Apoio, com objetivo estratégico de aperfeiçoamento da infraestrutura do Poder Judiciário. Notas de Reserva 509/2022 (1º grau); 520/2022 (2º grau) e 573/2022 (Apoio).

**3.9. Dos direitos de propriedade intelectual e autoral**

Não se aplica, por se tratar de aquisição (registro de preço em ata).

**3.3. Da qualificação ou formação técnica dos profissionais**



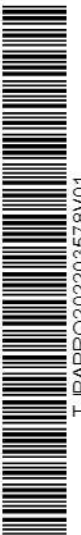
Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJAPRO202201827V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>



TJAPRO202203578V01



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE SUPRIMENTOS**

Não se aplica, por se tratar de aquisição (registro de preço em ata).

**3.4. Dos papéis a serem desempenhados**

| PAPEL  | ENTIDADE | RESPONSABILIDADE   |
|--|----------|--|
| Equipe de Apoio da Contratação                 | TJPA     | Equipe responsável por subsidiar a área de licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e julgamento das propostas das licitantes.   |
| Equipe de Gestão e Fiscalização da contratação | TJPA     | Equipe composta pelo gestor da contratação, responsável por gerir a execução contratual, e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual.  |
| Fiscal Demandante do Contrato                  | TJPA     | Servidor representante da área demandante da contratação, indicado pela referida autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.               |
| Fiscal Técnico do Contrato                     | TJPA     | Servidor representante da área técnica, indicado pela respectiva autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.                                 |
| Fiscal Administrativo do Contrato              | TJPA     | Servidor representante da Secretaria de Administração, indicado pela respectiva autoridade, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, |



TJPAPRO202201827V01



TJPAPRO202203578V01



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
 Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
 Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
 Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
 Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
 Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

|                    |      |  |
|--------------------|------|--|
|                    |      | aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais.  |
| Gestor do Contrato | TJPA | Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão. |

**3.4.1. Equipe de Planejamento da Contratação**

**Integrante Demandante**

Nome: Brunna Ferreira da Silva  
Matrícula: 6497-1  
Telefone: (91) 3131-6875  
E-mail: [brunna.silva@tjpa.jus.br](mailto:brunna.silva@tjpa.jus.br)

**Integrante Técnico**

Nome: Thiago da Silva Soares  
Matrícula: 6359-2  
Telefone: (91) 3131-6857  
E-mail: [thiago.soares@tjpa.jus.br](mailto:thiago.soares@tjpa.jus.br)

**Integrante Administrativo**

Nome: Lenne Chaves Pinto da Silva  
Matrícula: 64998  
Telefone: (91) 3205-2328  
E-mail: [lenne.torres@tjpa.jus.br](mailto:lenne.torres@tjpa.jus.br)

**3.13.2. Equipe de Apoio da Contratação**

**Integrante Demandante**

Nome: Brunna Ferreira da Silva  
Matrícula: 6497-1  
Telefone: (91) 3131-6875  
E-mail: [brunna.silva@tjpa.jus.br](mailto:brunna.silva@tjpa.jus.br)



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJPA-PRO-20220-1827V01



TJPA-PRO-202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>



  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

**Integrante Técnico**

Nome: Thiago da Silva Soares  
Matrícula: 6359-2  
Telefone: (91) 3131-6857  
E-mail: thiago.soares@tjpa.jus.br

**Integrante Administrativo**

Nome: Lenne Chaves Pinto da Silva  
Matrícula: 64998  
Telefone: (91) 3205-2328  
E-mail: lenne.torres@tjpa.jus.br

**Equipe de Gestão e Fiscalização da Contratação**

**Gestor do Contrato**

Nome: Adalberto Magalhães Malcher da Silva Junior  
Matrícula: 2576-3  
Telefone: (91) 3131-6875  
E-mail: [adalberto.malcher@tjpa.jus.br](mailto:adalberto.malcher@tjpa.jus.br)

**Fiscal Demandante**

Nome: Brunna Ferreira da Silva  
Matrícula: 6497-1  
Telefone: (91) 3131-6875  
E-mail: [brunna.silva@tjpa.jus.br](mailto:brunna.silva@tjpa.jus.br)

**Fiscal Técnico**

Nome: Thiago da Silva Soares  
Matrícula: 6359-2  
Telefone: (91) 3131-6857  
E-mail: thiago.soares@tjpa.jus.br

**3.5. Das sanções**

**3.5.1. Das situações que possam caracterizar descumprimento de obrigações contratuais estabelecidas**



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJAPRO202201827V01



TJAPRO202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS

- Quando a contratada:
  - a) Não assinar a ARP, não receber a nota de empenho ou ordem de compra, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - c) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
  - d) Ensejar o retardamento da execução do objeto da ARP;
  - e) Não manter a proposta, injustificadamente;
  - f) Falhar ou fraudar na execução do objeto da ARP;
  - g) Comportar-se de modo inidôneo;
  - h) Cometer fraude fiscal.

### 3.5.2. Das multas

A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega do objeto desta aquisição, e deverá ser aplicada nos seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, calculado desde o primeiro dia de atraso sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) Até 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta aquisição, por descumprimento do prazo de entrega/prestação dos serviços, sem prejuízo da aplicação dos dispostos nas alíneas a e b deste subitem;

## 4. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

### 4.1. Especificação técnica detalhada do objeto

| LOTE 01 |                       |      |                |             |
|---------|-----------------------|------|----------------|-------------|
| ITEM    | DESCRIÇÃO DO MATERIAL | QTDE | PREÇO UNITARIO | PRECC TOTAL |



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJAPRO202201827V01



TJAPRO202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE SUPRIMENTOS**

|                             |  |     |        |           |
|-----------------------------|--|-----|--------|-----------|
| 01                          | Gás de Cozinha de 13kg, tipo GLP (gás liquefeito de petróleo), na modalidade de recarga de vasilhames tipo botijão à base de troca; botijão em bom estado de conservação, vedado e lacrado, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) | 200 | 134,89 | 26.978,00 |
| <b>TOTAL: R\$ 26.978,00</b> |  |     |        |           |

**5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**5.1. Dos modelos de propostas**

**MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA**

1. Razão Social:
2. Número do CNPJ:
3. Endereço completo com CEP:
4. Fone/Celular:
5. Outros (correio eletrônico - e-mail -, caixa postal, etc.):
6. Banco/Nome e nº da Agência/Conta Corrente:
7. Responsável legal para assinatura do instrumento de contratação:
8. **Validade da Proposta: (60 dias).**
9. OBJETO: Aquisição de **GÁS DE COZINHA – GLP** - para atendimento das necessidades do TJPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM         | DESCRIÇÃO | QTD | VALOR UNITARIO (R\$) | TOTAL DO ITEM (R\$) |
|--------------|-----------|-----|----------------------|---------------------|
| 1            |           |     |                      |                     |
| 2            |           |     |                      |                     |
| <b>TOTAL</b> |           |     |                      |                     |

**Obs.: Descrever os produtos destacando a marca e o modelo.**

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte, embalagens e outros gravames que possam incidir sobre o objeto adquirido.

Atenciosamente,



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
 Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
 Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



TJPA-PRO-20220-1827V01



TJPA-PRO-202203578V01



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
 Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
 Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
 Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>



  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE SUPRIMENTOS**

Local e Data

**K B PINHEIRO VALADARES**  
**COM DE GAS:11519067000153**

Assinado de forma digital por K B PINHEIRO VALADARES COM DE GAS:11519067000153  
 Dados: 2022.09.19 10:45:44 -03'00'

Nome e assinatura do representante legal da empresa RG: CPF

\_\_\_\_\_  
 Brunna Ferreira da Silva  
 Matrícula: 6497-1  
 Integrante demandante

\_\_\_\_\_  
 Thiago da Silva Soares  
 Matrícula: 6359-2  
 Integrante técnico

\_\_\_\_\_  
 Lenne Chaves Pinto da Silva  
 Matrícula: 64998  
 Integrante administrativo

Belém, 18 de julho de 2022.



T.J.PAPRO.20220.1827V01



T.J.PAPRO202203578V01



Assinado com senha por BRUNNA FERREIRA DA SILVA, THIAGO DA SILVA SOARES e LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES.  
 Use 3226236.21432045-7876 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-prod:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3226236.21432045-7876>  
 Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 12/09/2022 07:50



Assinado com senha por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, SIDALIA DO AMARAL FERREIRA e DEBORA MORAES GOMES.  
 Use 3380812.21992605-3363 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n04:8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.21992605-3363>  
 Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES \*Data e hora: 21/09/2022 08:29  
 Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>





**OUTRAS MATÉRIAS**

**TERMO DE ADEÇÃO A ATA SRP 003/2021 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/UFBA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 045/2021 - UFBA**  
**PROCESSO N.º 2022/1.059. 152-DPE/PA.**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 34.639.526/0001-38, estabelecida nesta cidade de Belém, Estado do Pará, na Rua Padre Prudêncio nº. 154, Campina, CEP. 66.019-080, representada por seu Defensor Público Geral, Dr. JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 4844095 PC/PA, inscrito no CPF sob o nº 833.315.652-53, matrícula nº 57193641, residente e domiciliado nesta Capital, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual Complementar nº 091/2014, de 13/01/2014;

CONSIDERANDO o andamento do PROCESSO N.º 2022/1.059. 152, que obteve autorização para adesão pelo órgão gestor, como carona, na Ata de Registro de Preços 043/2021, oriunda do Pregão Eletrônico nº 045/2021 da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/UFBA, objetivando aquisição de PAPEL A4, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, com vistas a atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade de dar maior celeridade ao processo, bem como, obter vantagem econômica ao erário em obediência a Lei Federal nº 8.666/93.

**RESOLVE:**

Aderir a Ata de Registro de Preços 003/2021, oriunda do Pregão Eletrônico nº 045/2021 da UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/UFBA, na qualidade de carona, em virtude de estar demonstrada por meio de cotação de preços a vantagem econômica para esta adesão.

CONTRATADA: MULTIPAPER DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS LTDA. inscrita no CNPJ nº 26.976.381/0001-32, sediada no SIBS Quadra 03 conjunto A Lotes 05/07 N. Bandeirante, Brasília-DF, telefone: (061) 3386-2555/ 99678-6272, e-mail: [multpaper@multpaper.com.br](mailto:multpaper@multpaper.com.br), doravante denominada CONTRATADA. VALOR GLOBAL R\$ 140.006,40.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Programa / Projeto / Atividade: 30101.03.122.1447.8458; Fonte de Recursos: 0101; Elemento: 339030; Plano Interno (PI): 1050008458C; GP Pará: 273595

DATA DA ASSINATURA: 15 de setembro de 2022.

JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO. Defensor Público Geral.

**Protocolo: 855048**

**JUDICIÁRIO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**EXTINÇÃO DE CONTRATO**

**EXTRATO - TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº. 025/2021/TJPA.**  
 CONTRATANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - TJPA, CNPJ 04.567.897/0001-90.

CONTRATADA: ÁGUA NORTE - TRATAMENTO DE ÁGUA E SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA., CNPJ nº 15.622.879/0001-80.

OBJETO DO CONTRATO: Contratação de serviços para manutenção preventiva da Estação de Tratamento de Efluentes Compacta do Fórum de Mosqueiro. ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 032/TJPA/2021.

OBJETO DO TERMO: Rescisão bilateral do Contrato nº 025/2021/TJPA, a partir de 15 de setembro de 2022.

DATA DA ASSINATURA: 16/09/2022. FORO: Belém/PA.

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA: Débora Moraes Gomes - Secretária de Administração do TJPA.

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Miguel Lucivaldo Alves Santos - Secretário de Planejamento e Finanças do TJPA.

**Protocolo: 855111**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/TJPA/2022**

OBJETO: Registro de preços para eventual prestação de SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIACOM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS para atender às necessidades de manutenção predial corretiva dos edifícios ocupados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará em diversas localidades distribuídas em 07 lotes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital. SESSÃO PÚBLICA: 04/10/2022, às 09h00min, horário de Brasília, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br). UASG do TJ/PA: 925942. Edital disponível em: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.tjpa.jus.br](http://www.tjpa.jus.br). Informações pelo telefone (91)3205-3206, (91) 3205-3257 ou e-mail [licitacao@tjpa.jus.br](mailto:licitacao@tjpa.jus.br). Belém, 20 de setembro de 2022. Serviço de Licitação do TJPA.

**Protocolo: 855173**

**OUTRAS MATÉRIAS**

**Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 034/2022/TJPA - Pregão 055/2022/TJPA**

// TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ // Objeto: O presente termo tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP (gás de cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg, necessários ao aparelhamento das unidades do TJPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital. // Empresa: K B PINHEIRO COMÉRCIO DE GÁS - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.519.067/0001-53, com sede na cidade de Ananindeua, Estado do Pará, à Avenida Central, Conjunto Sabiá, 11, Quadra 13, Quarenta Horas, Cep: 67120-395, Telefone: (91) 3263-8218, e-mail: [boesperancagas@gmail.com](mailto:boesperancagas@gmail.com), classificada em primeiro lugar no certame // Vigência: início em 13 de setembro de 2022 e término em 13 de setembro de 2023 // Dotação Orçamentária: funcionais programáticas 02.122.1421.8193 / 02.122.1421.8194 / 02.122.1421.8195 / 02.122.1421.8659 / 02.122.1421.8669 / 02.122.1421.8670; fonte 0101 / 0118; elemento de despesa 339030// Data da assinatura: 13/09/2022 // Responsável pela assinatura: Débora Moraes Gomes - Secretária de Administração do TJPA// Ordenador Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos - Secretário de Planejamento

**Protocolo: 855115**

**LEGISLATIVO**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ**

**RETIFICAÇÃO**

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - CFFO, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, torna público a todas as instituições governamentais e não governamentais e à população em geral, que a Audiência Pública, que se realizará às 13 horas do dia 27/09/2022, com o fim de apresentação, por parte do Poder Executivo, dos relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário e os demais definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que se constituem nos relatórios quadrimestrais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, concernentes ao 2º Quadrimestre do exercício de 2022, será realizada de forma remota..

**ERRATA - EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação DOE (35.088), de 24/08/2022 - Pág. 87

Onde se lê: 22 de setembro de 2022

Leia-se: 22 de agosto de 2022

Belém, 20 de setembro de 2022

Deputado IGOR NORMANDO

Presidente da CFFO/ALEPA

**Protocolo: 855532**

**TRIBUNAIS DE CONTAS**

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**

**COMUNICAÇÃO DE AUDIÊNCIA**

De ordem do Excelentíssimo Conselheiro Substituto, JULIVAL SILVA ROCHA, em cumprimento ao disposto no art. 215 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará, comunico o Senhor ALAN DE SOUZA AZEVEDO, (CPF: XXX.713.891-XX), Prefeito à época, na pessoa de seu Advogado Dr. LUIZ OTÁVIO MONTENEGRO JORGE - OAB/PA 19.220 (CPF: XXX.344.932-XX), para que, no prazo de quinze (15) dias a partir desta publicação, apresente razões de justificativas nos autos do Processo TC/510561/2015, que trata do Recurso de Reconsideração ajuizado pelo Ministério Público de Contas contra a decisão contida no Acórdão nº 54.683 de 23.04.2015, relativo a Tomada de Contas instaurada na PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÁ, referente ao Convênio SEDUC Nº 131/2008 e termo aditivo, o qual poderá ser consultado mediante acesso ao "PORTAL DO JURISDICIONADO" do TCE-PA, no endereço eletrônico: <https://tcepa.tc.br/apresentacao-e-tce-portal>.

Informo, por oportuno, que a resposta a esta comunicação de audiência será recebida, EXCLUSIVAMENTE, por meio do referido PORTAL. Caso necessite de ajuda para realizar o cadastro no PORTAL DO JURISDICIONADO ligar para 3210-0824 ou 3210-0570.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR

Secretário-Geral

**Protocolo: 855016**



Autenticado digitalmente por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES, conforme previsto na Lei 11.419/2006 e regulamentada pela Portaria 2067/2020-GP.

Use 3380812.22015149-5513 - para a consulta à autenticidade em <http://sigla10-n04-8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3380812.22015149-5513>

Documento gerado por LENNE CHAVES PINTO DA SILVA TORRES em 21/09/2022 08:29

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 14

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: Nazaré do Socorro Gillet das Neves (Lei. 11.419/2006) EM 01/02/2023 15:25 (Hora Local) - Aut. Assinatura: FFF1DB4016A7BB88.8D11EC27A31EDF7D.EC757F741D239ADA.3B54CC0EB46FB30B



## PEDIDO DE ADESÃO

REGIANE MARIA PEREIRA DOS SANTOS <regiane.santos@tjpa.jus.br>

Qua, 22/03/2023 11:33

Para: Licitações MPC <licitacoesmpc@mpc.pa.gov.br>

Cc: Coordenadoria de Contratos e Convenios <coordenadoria.contratos@tjpa.jus.br>

Sr. Patrick Bezerra Mesquita

De ordem do Secretário de Administração e em atenção ao Ofício nº 26/2023-PGC/MPC/PA, onde o Ministério Público de Contas do Estado do Pará, manifestou interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 034/2022/TJPA referente ao Pregão Eletrônico nº055/2022/TJPA, cujo objeto é o registro de preço para aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg, necessários ao aparelhamento das unidades do TJPA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital.

Informamos que, após consulta à empresa K B PINHEIRO COMÉRCIO DE GÁS - ME detentora da ata, esta manifestou-se favorável a adesão, bem como o pedido foi autorizado pelo Secretário de Administração deste TJPA., informamos ainda, que MPC/PA, já poderá tratar diretamente com a empresa detentora da ata.

Cumpramos ainda ressaltar o previsto no capítulo IX, Art. 22, § 6º, do DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 emitido pela Presidência da República, onde o órgão não participante deverá: “Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.”.

### FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO DESTES

#### **Regiane Santos**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Coordenadoria de Convênios e Contratos

Av. Almirante Barroso, 3089. Souza. Belém/PA, CEP: 66.613-710.

Fone: (91)3205-3273

**TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
PROCESSO ADMINISTRATIVO - PAE Nº 2022/1595499 - MPC/PA.

**ÓRGÃO GERENCIADOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - TJPA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022-TJPA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2022-TJPA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.978/0001-50, estabelecido a Av. Nazaré nº. 766, Nazaré, CEP. 66.035-170, neste ato representado por **Patrick Bezerra Mesquita**, Procurador-Geral de Contas, CPF/MF nº 012.954.473-63, residente e domiciliado em Belém – PA, em conformidade com o que dispõe o artigo 15 da Lei Federal 8.666/1993, o Decreto Federal nº 7.892/2013 e demais alterações; tendo em vista a necessidade de conferir maior celeridade ao processo e obter vantagem econômica ao erário, bem como o que consta nos autos do PAE nº 2022/1595499, especialmente no documento que autoriza a adesão do MPC/PA à ARP nº 034/2022 – TJPA (Seq. 22), na condição de órgão não participante, e em e-mail de 30/01/2023 (Seq. 11), em que o fornecedor beneficiário da referida ARP, formaliza sua anuência quanto à adesão deste Parquet de Contas,

**RESOLVE** aderir, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços Nº 034/2022-TJPA, oriunda do Pregão Eletrônico nº 055/2022 – TJPA, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos seguintes termos:

- 1 – **Número da Ata de Registro de Preços:** 034/2022 - TJPA;
- 2 – **Vigência da ARP 34/2022 - TJPA:** 13/09/2022 a 13/09/2023;
- 3 – **Órgão Gerenciador:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA;
- 4 – **Órgão Aderente:** Ministério Público de Contas do Estado do Pará – MPC/PA;
- 5 – **Empresa Fornecedora Beneficiária/CNPJ:** K B PINHEIRO COMÉRCIO DE GÁS-ME – CNPJ nº 11.519.067/0001-53.
- 6 – **Endereço da Empresa Fornecedora Beneficiária:** Avenida Central, Conjunto Sabiá, 11, Quadra 13, Quarenta Horas, Ananindeua, Pará, CEP: 67.120-395; Telefone: (91) 3263-8218, E-mail: [boasperancagas@gmail.com](mailto:boasperancagas@gmail.com).
- 7 – **Representante legal da empresa/CPF-MF:** Keila Barbosa Pinheiro Valadares / CPF-MF nº: 762.230.602-97.
- 8 – **Objeto:** Aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (Gás de Cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg (conforme quadro de necessidades – Anexo I).
- 9 – **Dotação Orçamentária:** Programa de Trabalho: 01.032.1493.8515.0000; Natureza da Despesa: 33.90.30.00; Fonte de Recurso/ Origem do Recurso Estadual: 01500000001.
- 10 – **Valor total estimado:** R\$ 1.040,00 (hum mil e quarenta reais).

Belém/PA, 23 de março de 2023.

*Assinado eletronicamente*  
Patrick Bezerra Mesquita  
**PROCURADOR-GERAL DE CONTAS**

## ANEXO I

### QUADRO DE NECESSIDADES DO MINISTÉRIO DE CONTAS DO ESTADO

| Lote 01 |  |      |                |              |
|---------|--|------|----------------|--------------|
| ITEM    | DESCRIÇÃO  | QTDE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL  |
| 01      | Gás de Cozinha de 13 kg, tipo GLP (gás liquefeito de petróleo), na modalidade de recarga de vasilhames tipo botijão à base de troca; botijão em bom estado de conservação, vedado e lacrado, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). | 08   | R\$ 130,00     | R\$ 1.040,00 |

## RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR o resultado da avaliação de Desempenho do Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, considerando-os aptos para o exercício dos cargos efetivos e concedendo-lhes a garantia constitucional da estabilidade, a partir de 31 de março de 2023:

| Matrícula | Servidor(a)                         | Cargo   |
|-----------|-------------------------------------|---|
| 200261    | GILMAR CARNEIRO GOMES               | ANALISTA MINISTERIAL - CONTROLE EXTERNO         |
| 200250    | GILVANETE AZEVEDO FERREIRA          | ANALISTA MINISTERIAL - ADMINISTRAÇÃO            |
| 200253    | LARISSA PANTOJA DA SILVA PEREIRA    | ANALISTA MINISTERIAL - CIÊNCIAS CONTÁBEIS       |
| 200255    | LENA MÁRCIA DE OLIVEIRA CAMPOS      | ANALISTA MINISTERIAL - CONTROLE EXTERNO         |
| 200251    | RENAN CÂNDIDO OLIVEIRA              | ANALISTA MINISTERIAL - ADMINISTRAÇÃO            |
| 200263    | SAMUEL ALMEIDA BITTENCOURT          | ANALISTA MINISTERIAL - DIREITO                  |
| 200252    | SILVIA RAQUEL CASTANHOS SABAT       | ANALISTA MINISTERIAL - CIÊNCIAS CONTÁBEIS       |
| 200265    | WALBERT EMANUEL DA SILVA NASCIMENTO | ANALISTA MINISTERIAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO |

Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar 31/03/2023.  
Belém/PA, 24 de março de 2023.  
PATRICK BEZERRA MESQUITA  
PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 919051

## DESIGNAR SERVIDOR

## PORTARIA Nº 145/2023/MPC/PA

O PROCURADOR-GERAL DE CONTAS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo PAE nº 2023/312543; RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora DAFNE FERNANDEZ DE BASTOS, matrícula nº 200235, ocupante do cargo efetivo de Analista Ministerial – Especialidade: Controle Externo, para substituir a Chefe de Gabinete da 7ª Procuradoria de Contas, em seus afastamentos e impedimentos legais, até ulterior deliberação.

Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação;

Belém/PA, 23 de março de 2023.

PATRICK BEZERRA MESQUITA

Procurador-Geral de Contas

Protocolo: 918821

## ERRATA

## Na publicação da PORTARIA nº 115/2023/MPC/PA, de 09/03/2023 (DOE nº 35.319, de 10/03/2023):

Onde se lê: “[...] em Brasília (DF) e em Goiânia (GO) [...]”

Leia-se: “[...] em Brasília (DF) [...]”

Protocolo: 918845

## Na publicação da PORTARIA nº 114/2023/MPC/PA, de 09/03/2023 (DOE nº 35.323, de 14/03/2023):

Onde se lê: “[...] em Brasília (DF) e em Goiânia (GO) [...]”

Leia-se: “[...] em Brasília (DF) [...]”

Protocolo: 918843

## OUTRAS MATÉRIAS

## TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO - PAE Nº 2022/1595499 - MPC/PA.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - TJPA

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2022-TJPA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2022-TJPA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.978/0001-50, estabelecido a Av. Nazaré nº. 766, Nazaré, CEP. 66.035-170, neste ato representado por Patrick Bezerra Mesquita, Procurador-Geral de Contas, CPF/MF nº 012.954.473-63, residente e domiciliado em Belém - PA, em conformidade com o que dispõe o artigo 15 da Lei Federal 8.666/1993, o Decreto Federal nº 7.892/2013 e demais alterações; tendo em vista a necessidade de conferir maior celeridade ao processo e obter vantagem econômica ao erário, bem como o que consta nos autos do PAE nº 2022/1595499, especialmente no documento que autoriza a adesão do MPC/PA à ARP nº 034/2022 - TJPA (Seq. 22), na condição de órgão não participante, e em e-mail de 30/01/2023 (Seq. 11), em que o fornecedor beneficiário da referida ARP, formaliza sua anuência quanto à adesão deste Parquet de Contas, RESOLVE aderir, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços Nº 034/2022-TJPA, oriunda do Pregão Eletrônico nº 055/2022 - TJPA, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos seguintes termos:

1 - Número da Ata de Registro de Preços: 034/2022 - TJPA;

2 - Vigência da ARP 34/2022 - TJPA: 13/09/2022 a 13/09/2023;

3 - Órgão Gerenciador: Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA;

4 - Órgão Aderente: Ministério Público de Contas do Estado do Pará - MPC/PA;

5 - Empresa Fornecedor Beneficiária/CNPJ: K B PINHEIRO COMÉRCIO DE

GÁS-ME - CNPJ nº 11.519.067/0001-53.

Identificador de autenticação: 01B57E7F88\_0C9\_2250822405931F57

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 26

6 - Endereço da Empresa Fornecedor Beneficiária: Avenida Central, Conjunto Sabiá, 11, Quadra 13, Quarenta Horas, Ananindeua, Pará, CEP: 67.120-395; Telefone: (91) 3263-8218, E-mail: boaesperancagas@gmail.com.

7 - Representante legal da empresa/CPF-MF: Keila Barbosa Pinheiro Valadares / CPF-MF nº: 762.230.602-97.

8 - Objeto: Aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP (Gás de Cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg (conforme quadro de necessidades - Anexo I).

9 - Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 01.032.1493.8515.0000; Natureza da Despesa: 33.90.30.00; Fonte de Recurso/ Origem do Recurso Estadual: 01500000001.

10 - Valor total estimado: R\$ 1.040,00 (hum mil e quarenta reais).

Belém/PA, 23 de março de 2023.

Patrick Bezerra Mesquita

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

## ANEXO I

## QUADRO DE NECESSIDADES DO MINISTÉRIO DE CONTAS DO ESTADO

| Lote 01 |  |      |                |              |
|---------|--|------|----------------|--------------|
| ITEM    | DESCRIÇÃO  | QTDE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL  |
| 01      | Gás de Cozinha de 13 kg, tipo GLP (gás liquefeito de petróleo), na modalidade de recarga de vasilhames tipo botijão à base de troca; botijão em bom estado de conservação, vedado e lacrado, dentro das normas da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). | 08   | R\$ 130,00     | R\$ 1.040,00 |

Protocolo: 918808

## PORTARIA Nº 147/2023/MPC/PA

A Corregedora-Geral do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA nº 423/2022/MPC/PA, de 24/08/2022,

CONSIDERANDO o que consta do Processo PAE nº 2023/309259;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora CAROLINA MARTINS VICTER, matrícula 200135, ocupante do cargo efetivo de Analista Ministerial – Especialidade: Tecnologia da Informação, exercendo o cargo em comissão de Chefe de Gabinete, Progressão Funcional por Antiguidade para o Nível 6, Referência G, da Tabela Referencial de Vencimentos deste Ministério Público de Contas, a contar de março/2023.

Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data da sua publicação.

Belém/PA, 24 de março de 2023.

DEÍLA BARBOSA MAIA

CORREGEDORA-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 918873

## PORTARIA Nº 141/2023/MPC/PA

O PROCURADOR-GERAL DE CONTAS, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o teor da Resolução n. 12/2023 - MPC/PA - Conselho, pela qual se interrompeu, por imperiosa necessidade de serviço, a partir de 18/03/2023, o gozo da licença para fins acadêmicos do Procurador-Geral de Contas, Patrick Bezerra Mesquita, deferida pela Resolução n. 06/2023 - MPC/PA - Conselho;

CONSIDERANDO, entretanto, o excepcional acúmulo de atribuições cometidas à Procuradoria-Geral de Contas no presente período;

RESOLVE:

Art. 1º MANTER a designação do Subprocurador-Geral de Contas, Stephenson Oliveira VICTER, para atuar em substituição ao Procurador-Geral de Contas nas atividades de representação institucional, na forma da Resolução n. 09/2023 - MPC/PA - Conselho, a contar de 18/03/2023 até deliberação ulterior.

Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 18/03/2023.

Belém/PA, 23 de março de 2023.

PATRICK BEZERRA MESQUITA

PROCURADOR-GERAL DE CONTAS

Protocolo: 918647

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

## PORTARIA

## PORTARIA Nº 1374/2023-MP/PJG

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a instauração do procedimento de apuração da responsabilidade da empresa OMM ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA, em sua atuação no Contrato nº 033/2022-MP/PA, cujo objeto e finalidade consiste no SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E PROJETOS COMPLEMENTARES, consubstanciado na Peça de Informação nº 032/2023-SGJ-TA (Protocolo SIP 14277/2022); CONSIDERANDO a ausência de defesa prévia da Empresa e a manifestação da fiscalização;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 110/2023-ASS/JUR/PJG, opinando pela aplicação da sanção de MULTA, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA e IMPEDIMENTO DE LICITAR COM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ em razão do descumprimento das obrigações fixadas no Contrato na Cláusula



## NOTA DE EMPENHO

Documento: 2023.370101NE000275

| Data de Lançamento | Número Prd | Cod. Ação | Nº do Processo |
|--------------------|------------|-----------|----------------|
| 05/04/2023         | -          |           | 2022/1595499   |

| Evento | UO    | Programa de Trabalho | Fonte        | Detalhamento | Nat.Desp. | PI          |
|--------|-------|----------------------|--------------|--------------|-----------|-------------|
| 400091 | 37101 | 01.032.1493.8515     | 01500.000001 | 000000       | 339030    | 4120008515C |

Emenda Parlamentar:

### Identificação

**UG Emissora:** 370101 - MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS ESTADO DO PARA  
**Credor:** K B PINHEIRO COMERCIO DE GAS - ME **CPF/CNPJ:** 11519067000153  
**Endereço:** AV. CENTRAL CONJ. SABIA N. 11 QD.13BAIRRO:40 HORAS  
**Cidade:** ANANINDEUA **UF:** PA **CEP:** 67120-395

### Tipo de Contratação

**Ref. Legal:** LEI 10.520/2002 **Modalidade:** GLOBAL **Origem Material:**  
**Licitação:** 12 PREGAO **Acordo:**  
**Contrato:** **Convênio:**

| Item | U.M     | Natureza | Especificação          | Qtde. | Preço Unit. R\$ | Preço Total R\$ |
|------|---------|----------|------------------------|-------|-----------------|-----------------|
| 1    | UNIDADE | 33903004 | GAS DE COZINHA DE 13KG | 8     | 130,00          | 1.040,00        |

### Informações Complementares:

Data de Entrega: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Valor Total R\$ **1.040,00**

Valor por Extenso: UM MIL E QUARENTA REAIS

Nome: PATRICK BEZERRA MESQUITA  
CPF: 01295447363  
**Ordenador**



## NOTA DE EMPENHO

Documento: 2023.370101NE000275

### DADOS DA DESCRIÇÃO DO PRD

**Orgão:** 37 - MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS ESTADO DO PARA

**Emissão:** 05/04/2023

**PRD:**

**Tipo:**

**Descrição:** EMPENHO PARA AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEEITO DE PETRÓLEO - GLP (GÁS DE COZINHA) ACONDICIONADO EM BOTIJÃO DE 13KG.

EM 05/04/2023 13:35 (Hora Local) - Aut. Assinatura: 37959e4153c543e2.F268f18757d44234.C933E6970556EEFC.D9086FEC5949175D ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO USUÁRIO: PATRICK BEZERRA MESSQUITA (Lei 11.419/2006)

# MINISTÉRIO PÚBLICO

## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

### PORTARIA

#### PORTARIA Nº 003/2023 – 1ªPC/MPC/PA

A Procuradora de Contas SILAINE KARINE VENDRAMIN, Titular da 1ª Procuradoria de Contas e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e CONSIDERANDO a Resolução nº 05/2018 – MPC/PA – Conselho e Resolução nº 05/2018-MPC/PA-Colégio, que regulamentam, respectivamente, a Gratificação e Desempenho e Produtividade instituída pela Lei Estadual nº 8.596, de 11 de janeiro de 2018, e a jornada de trabalho, o sistema eletrônico de controle de frequência e o banco de horas do MPC/PA; CONSIDERANDO que o artigo 11 da Resolução nº 05/2018 – MPC/PA – Conselho e o parágrafo único do artigo 8º da Resolução nº 05/2018-MPC/PA-Colégio especificam, respectivamente, que: a) ao titular da unidade administrativa de lotação do servidor a competência de realizar a avaliação dos servidores que lhe são diretamente subordinados, cientificá-los da avaliação e ainda cientificar a unidade responsável pela gestão de pessoas e o Secretário do MPC/PA do resultado da avaliação, e b) o controle da frequência dos servidores lotados nas Procuradorias de Contas é de responsabilidade do respectivo Membro, devendo ser mensalmente certificada ao Procurador-Geral de Contas; CONSIDERANDO que na rotina de atuação do Centro de Apoio Operacional a servidora Lena Márcia de Oliveira Campos atua como chefe imediata dos servidores do mencionado Centro; CONSIDERANDO, ainda, os princípios da eficiência, economia e celeridade processual, que devem nortear as atividades do Parquet de Contas; CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de otimização das atividades desenvolvidas no âmbito do CAO, para o regular e célere andamento das demandas internas;

#### RESOLVE:

Art. 1º Delegar à servidora LENA MÁRCIA DE OLIVEIRA CAMPOS, ANALISTA Ministerial – Controle Externo, matrícula nº 200255, poderes para realizar a avaliação explicitada no artigo 11 da Resolução nº 05/2018 – MPC/PA – Conselho, bem como o controle do parágrafo único do artigo 8º da Resolução nº 05/2018-MPC/PA-Colégio dos servidores lotados no Centro de Apoio Operacional deste Parquet de Contas.

Art. 2º Todos os atos praticados pelos servidores deverão conter menção expressa a esta PORTARIA.

Art. 3º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/04/2023.

Publique-se.

Belém, 05 de abril de 2023.

(assinado eletronicamente)

Silaine Karine Vendramin

Procuradora de Contas

Titular da 1ª Procuradoria de Contas

Protocolo: 923351

### FÉRIAS

#### PORTARIA Nº 162/2023/MPC/PA

O Secretário do Ministério Público de Contas do Estado, no uso das atribuições delegadas pela PORTARIA nº 030/2023-MPC/PA, de 23/01/2022, CONSIDERANDO tudo o que consta do Processo PAE nº 2023/292497;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LÍVIA DA FONSECA MENDES, ocupante do cargo efetivo de Analista Ministerial – Especialidade: Direito, matrícula nº 200289, 05 (cinco) dias das Férias relativas ao período aquisitivo 25/03/2021 a 24/03/2022, para o período de 24/04 a 28/04/2023.

Art. 2º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

Belém-PA, 05 de abril de 2023.

CAIO ANDERSON DA SILVA DANTAS

Secretário do MPC/PA

Protocolo: 923371

### OUTRAS MATÉRIAS

#### INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

##### Nota de Empenho de Despesa: 2022NE00275

Valor: 1.040,00

Data: 05/04/2022

Objeto: Aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP (gás de cozinha) acondicionado em botijão de 13 kg.

Adesão a ata de Registro de Preços nº 033/2020-TJE/PA

Identificador de autenticação: F24FFBD.391E.60F.AF75D46229DED84FCF

Confira a autenticidade deste documento em <https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>

Nº do Protocolo: 2022/1595499 Anexo/Sequencial: 35

Orçamento:

Unidade Orçamentária: 37101

Programa de Trabalho: 01.032.1493.8748.0000

Natureza da Despesa: 33.90.30.00

Fonte do Recurso: 0101000000

Origem do Recurso: Estadual

Contratado (s):

Nome: KB Pinheiro Comercio de Gás - ME

CNPJ: 11.519.067/0001-53

Endereço: Av. Central conj. Sabia nº11 Quadra 13, bairro: 40 Horas, Ananindeua/Pará, CEP: 67.120-395.

Ordenador: PATRICK BEZERRA MESQUITA

Protocolo: 923332

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

##### Modalidade: Tomada de Preços.

Número: 002/2023.

Objeto: LOTE I: Reforma no imóvel utilizado pelo Ministério Público do Estado do Pará município de São Domingos do Araguaia/PA; LOTE II: Reforma em sala utilizada pelo Ministério Público do Estado do Pará no prédio do Fórum Municipal de Faro/PA.

Entrega do Edital: No site [www.mppa.mp.br](http://www.mppa.mp.br) ou no Ministério Público, Atividade de Licitações e Contratos, sito à Rua João Diogo nº 100, das 08:00 as 14:00 horas, de segunda a sexta feira, mediante apresentação de pendrive ou similar.

Responsável pelo certame: Hezedequias Mesquita da Costa.

Local de Abertura: Auditório Nathanael Leitão, situado à Rua João Diogo, 100, térreo, Cidade Velha, Belém – PA.

Data da Abertura: 26/04/2023.

Credenciamento: 09:30h (horário local).

Início da Sessão: 10:00h (horário local).

Orçamento:

Funcional programática: 12101. 03. 091. 1494. 8758 – Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais; Natureza da despesa: 449039 – O.S.T – Pessoa Jurídica;

Fonte: 01500000001 – Recursos Ordinários.

Ordenador Responsável: César Bechara Nader Mattar Júnior.

Obs: Por razões de segurança institucional, os projetos somente serão disponibilizados mediante solicitação da empresa interessada, realizada a partir de e-mail corporativo enviado para o endereço eletrônico [cpl@mppa.mp.br](mailto:cpl@mppa.mp.br), sendo expressamente vedado o compartilhamento das plantas (projetos) com terceiros.

Protocolo: 923395

### AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

#### RESULTADO DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 016/2023-MP/PA, empreitada por preço global por item, no tipo menor preço, que tem como objeto o Registro de Preços para fornecimento de painéis em forma de caixa com aplicação de adesivo leitoso e impressão fotográfica, para ambientação dos prédios do Ministério Público do Estado do Pará:

- À vista da habilitação, foi declarada vencedora a empresa com o seguinte valor:

CNPJ 18.655.861/0001-73 - H DE F PIREIS SERVICOS LTDA

Item 01..... P.Unit R\$ 283,00..... P.Total R\$ 42.450,00

Valor Total do Certame: R\$ 42.450,00

Belém (PA), 05 de abril de 2023

Andréa Mara Ciccio

Pregoeira MPE/PA

Protocolo: 923347

### SUPRIMENTO DE FUNDO

#### PORTARIA Nº 1648/2023-MP/PJG

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PJG, R E S O L V E: CONCEDER a TATIANA MONTIBELLER PAIXÃO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n. 999.1284, lotada na Promotoria de Justiça de Parauapebas, a importância de R\$ 1.760,00 (hum mil, setecentos e sessenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 3/4 até 24/4/2023, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758

Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais

FONTE DE RECURSOS 0101000000